



# Anais da Assembléia

N. 09

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 14 DE MARÇO DE 1988

ANO XIV

2.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.<sup>a</sup> LEGISLATURA  
ATA DA 7.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 14 DE MARÇO DE 1988  
SEGUNDA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Anibal Khury, secretariada pela Sra. Deputada Amélia Hruschka e pelo Sr. Deputado Lindolfo Júnior.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Antônio Annibelli, Eduardo Baggio, Ferrari Júnior, Anibal Khury, Lindolfo Júnior, Vera Agibert, José Alves, Acyr Mezzadri, Alexandre Ceranto, Algaci Túlio, Amélia Hruschka, Antônio Bárbara, Antônio Belinati, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Domingos Scarpellini, Edmar Luiz Costa, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Gernote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Heras Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Afonso Júnior, José Felinto, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcântara, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antonio Satti, Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nestor Baptista, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Pirajá Ferreira, Quielise Crisóstomo, Rafael Greca, Raul Lopes, Sabino Campos, Tadeu Lúcio Machado, Valderi Mendes Vilela e Werner Wanderer (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

## S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.<sup>o</sup> SECRETÁRIO - procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SRA. 1.<sup>a</sup> SECRETÁRIA - procede à leitura do seguinte

## EXPEDIENTE:

### Mensagens:

MENSAGEM N. 036/88

Curitiba, 29 de fevereiro de 1988.  
Senhor Presidente.

Através da presente encaminho a Vossa Excelência, para fins de exame e deliberação dessa Augusta Casa de Leis, a inclusa proposição formulada pelo Egrégio Tribunal de Alçada, objetivando criar 4 (quatro) cargos de Assessor Judiciário, símbolo DAS-4, no Quadro de Pessoal do referido Tribunal, conforme ofício n. 294/87, da Presidência daquela Corte de Justiça, a mim dirigido em 19 do corrente mês e cujo teor, em cópia autêntica, segue em anexo.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS  
Governador do Estado

## PROJETO DE LEI N. 043/88

Art. 1.<sup>o</sup> - Ficam criados, no Quadro de Pessoal do Tribunal de Alçada, 4 (quatro) cargos de provimento em comissão de Assessor Judiciário, todos com a simbologia DAS-4.

Art. 2.<sup>o</sup> - As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 3.<sup>o</sup> - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. A Diretoria Legislativa.

## MENSAGEM N. 294/87

Curitiba, 19 de novembro de 1987.  
Senhor Governador.

Tenho a honra de passar às mãos de Vossa Excelência o incluso Anteprojeto de Lei, que objetiva criar mais 4 (quatro) cargos de Assessor Judiciário, de provimento em comissão; todos com a simbologia DAS-4.

Semelhante providência se impõe como absolutamente necessária em virtude da criação de mais 4 (quatro) cargos de Juiz neste Tribunal de Alçada, decorrente da Lei n. 8618/87, publicada no Diário Oficial de 25 de novembro de 1987.

Tais cargos - Assessor Judiciário - já existem no Quadro de Pessoal da Secretaria deste Tribunal de Alçada e integram o Grupo Ocupacional de Administração Superior (Série I, Direção e Assessoramento Superior).

Aproveito a oportunidade para apresentar a Vossa Excelência, meus protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,  
(a) EIMAR CORDEIRO MACHADO  
Juiz Presidente do Tribunal de Alçada do Paraná

**MENSAGEM N. 038/88**

Curitiba, 29 de fevereiro de 1988.  
Senhor Presidente.

Tenho a honra de submeter à elevada apreciação de Vossa Excelência o incluso Anteprojeto de Lei que objetiva, na forma prevista pelo art. 21, inciso VIII, alínea "c", da Constituição do Estado do Paraná, autorizar a alienação a Silvestre Dresch da área de terras devolutas com 126,32 hectares, incorporada ao patrimônio do Instituto de Terras, Cartografia e Florestas do Estado do Paraná - ITCF, na forma da Lei n. 7.055, de 04 de dezembro de 1978, constituída pelos lotes ns. 146, 148, 149, 151; 44-A e 45-A; e a chácara n. 259-A, integrantes da Gleba Ribeirão do Tigre da Colônia Paranaíba, objeto das Matrículas ns. 3378, 3747, 3827 e 3746, do Cartório de Registro de Imóveis de Nova Londrina, que somadas as áreas ao mesmo cidadão anteriormente tituladas, perfazem o total de 644,91 hectares.

O pedido de autorização legislativa justifica-se pelo fato de já terem sido adquiridas partes das áreas maiores dos imóveis, objetos da ocupação decorrentes de domínio e posse legítima, conforme reconhecimento do Instituto de Terras, Cartografia e Florestas do Estado do Paraná - ITCF, áreas essas que, no seu total, compõem a Fazenda Santa Lúcia, a Chácara Mandiocão e o Sítio Santo Antonio. A medida se faz necessária por haver sido atingido, com as alienações anteriores, o limite estabelecido pela norma constitucional de início apontada, além de ser justa por regularizar uma situação de fato em favor de quem vem produzindo nas propriedades rurais em referência.

O assunto foi devidamente examinado pelos órgãos competentes do Estado, através do expediente protocolado sob o n. 269.451-4/87, no qual foram proferidos os pareceres ns. 044/87-ITCF e 1.548/87-DTJ-SAT-CC, ambos anexados por cópias autênticas.

Certo de que a proposição merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) **ÁLVARO DIAS**  
Governador do Estado

**ANTEPROJETO DE LEI N. 021/88**

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a alienar a SILVESTRE DRESCH, na forma do art. 21, inciso VIII - "c", da Constituição Estadual, a área de terras devolutas com 126,32 hectares, incorporada ao patrimônio do Instituto de Terras, Cartografia e Florestas do Estado do Paraná - ITCF, na forma da Lei n. 7.055, de 04 de

dezembro de 1978, constituída pelos lotes ns. 146, 148, 149, 151, 44-A e 45-A, e a chácara n. 259-A, integrantes da Gleba Ribeirão do Tigre da Colônia Paranaíba, objeto das Matrículas ns. 3378, 3747, 3827 e 3746, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Nova Londrina, que somada às áreas ao mesmo anteriormente tituladas, perfazem o total de 644,91 hectares.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. À Diretoria Legislativa.

**MENSAGEM N. 40/88**

Curitiba, 02 de março de 1988.  
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso Anteprojeto de Lei que objetiva a concessão de pensão mensal de valor equivalente a 2 (dois) salários mínimos a ONDINA DE MARAES SILVA, viúva do ex-Assistente de Segurança Leo Caldas da Silva.

O Plano de Lei ora submetido a essa Augusta Assembleia Legislativa é por todos os aspectos indiscutivelmente justa e oportuno, eis que virá ensejar as condições mínimas de sobrevivência à viúva do Senhor Leo Caldas da Silva, ex-Assistente de Segurança do Município de Pinhão, que perdeu a vida em decorrência do exercício das funções de seu cargo.

O finado policial, porque ocupava apenas cargo comissionado, não contribuiu para o Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores Públicos do Estado, não assegurando, por isso, nenhuma pensão ou pecúlio em favor de sua família, que ficou ao completo desamparo.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) **ÁLVARO DIAS**  
Governador do Estado

**PROJETO DE LEI N. 044/88**

Art. 1º - Fica concedida a ONDINA DE MARAES SILVA, viúva do ex-Assistente de Segurança Leo Caldas da Silva, uma pensão mensal de valor equivalente a 2 (dois) salários mínimos de referência.

Parágrafo Único - A pensão de que trata esta Lei deixará de ser devida caso a beneficiária venha a contrair novas núpcias.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. À Diretoria Legislativa.

**Ofícios:****OFÍCIO**

Sob n.º 202/88, do Senhor Antonio Ferreira Rüppel- Presidente do Tribunal de Contas do Estado, encaminhando para fins de exame e deliberação desta Augusta Casa de Leis, o incluso Anteprojeto de Lei, que trata do Quadro de Pessoal Efetivo deste Tribunal. Ao conhecimento da Casa.

**Requerimentos:****REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

Na forma regimental, REQUEIRO, que o Projeto de Lei n.º 365/87, e respectiva emenda, seja encaminhado a C.C.J., para análise da Constitucionalidade do Projeto e da Emenda.

Razões já expostas no meu encaminhamento nesta sessão.

Sala das Sessões, em 14.03.88.

(a) IRONDY PUGLIESI.

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Douto Plenário desta Casa, REQUER à Mesa, o adiamento da Discussão e Votação do Projeto de Lei Complementar n.º 157/85, de autoria do Deputado Anibal Khury, por 20 sessões.

Sala das Sessões, em 14.03.88.

(a) CAÍTO QUINTANA.

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

Os líderes que este subscrevem, requerem, após ouvido o Plenário, a prorrogação por 30 dias dos trabalhos das Comissões Técnicas da Casa. Pois encontram-se em tramitação várias matérias urgentes, necessitando de pareceres técnicos.

Sala das Sessões, em 14.03.88.

(aa) IRONDY SILVÉRIO

Líder do PTB

BASÍLIO ZANUSSO

Líder do PFL

ALGACI TÚLIO

Líder do PDT

CAÍTO QUINTANA

Líder do PMDB.

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, formulação e isenção em Ata dos trabalhos de hoje, do Poder Legislativo, de voto de profundo pesar pelo falecimento de David Rebello, ex-Vereador e pioneiro de Maringá.

Havendo chegado em Maringá em 07 de abril de 1946, David Rebello, procedente de Santa Cruz do Rio Pardo- SP, foi Vereador em 1952 pela UDN, tendo exercido seu mandato em Mandaguari, quando Maringá pertencia à Comarca daquela Cidade.

Dentre os projetos de sua autoria, estão a criação de ensino para Maringá e Distritos, como Floresta, Floriano, Ivatuba e Iguatemi. Foi sócio benemérito e fundador do Aero-Clube, onde exerceu a função de tesoureiro, além de ser co-fundador do SERM- Sociedade Esportiva e Recreativa de Maringá, primeiro clube de futebol da Cidade.

Teve participação direta ainda, na fundação da Associação Comercial daquele Município, bem como em diversas associações populares e de classe.

Com o passamento do ilustre pioneiro, acreditamos haver sido aberta uma grande lacuna no setor político-social de Maringá, inclusive difícil de ser preenchida.

Que da decisão deste Poder, se dê ciência à família enlutada, à Rua Guarani, 1107, no Maringá Velho, na Cidade de Maringá.

Sala das Sessões, em 14.03.88.

(a) ALGACI TÚLIO.

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Eduardo Von Der Osten, ocorrido nesta Capital.

Tal passamento vem consternar a sociedade face aos dotes morais do extinto.

Requer, outrossim, que do pronunciamento desta Casa se dê ciência à família enlutada, a Rua Desembargador Isaias Bevilacqua, n.º 708, CEP- 80.410.

Sala das Sessões, em 14.03.88.

(a) IRONDY SILVÉRIO.

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, REQUER a inserção na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, desta Assembléia Legislativa, de um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Constantin Torres, ocorrido no dia 05 do corrente mês, na cidade de Colorado, neste Estado.

Sala das Sessões, em 14.03.88.

(a) BASÍLIO ZANUSSO.

**JUSTIFICATIVA:**

Com muita tristeza, a Cidade de Colorado, no Norte do Estado, recebeu a noti-

cia do falecimento do Senhor Constantin Torres, agricultor e pioneiro do Município.

Homem dedicado ao trabalho, o extinto deixou grande número de amigos, todos in-  
conformados com o seu desaparecimento.

Conhecedor de sua vida de dedicação à família e à agricultura, bem como de sua anônima e desinteressada contribuição ao desenvolvimento de Colbrado, entendo justo que esta Casa registre nosso pesar pelo falecimento do Senhor Constantin Torres, e nossa solidariedade a seus familiares.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Federal em vigor, obedecendo as normas contidas no Regimento Interno, após ouvido o Douto Plenário, e considerando as razões expendidas, REQUER, seja inserido na ata dos trabalhos da presente sessão, nossos votos de congratulações pela passagem do aniversário de emancipação política do Município de Grandes Rios, desejando àquele povo trabalhador e seus dirigentes, felicidades, e que dentro dos princípios de direito prossiga em seus trabalhos até alcançar a paz e prosperidade desejada.

Requer, também, que do presente, se dê conhecimento ao ilustre Prefeito Municipal e Câmara de Vereadores do Município apontado.

Sala das Sessões, em 14.03.88.

(a) VALDERI MENDES VILELA.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado voto de congratulações pela passagem do "Dia do Bibliotecário", comemorado dia 12 próximo passado.

Requer, outrossim, que da decisão desta Casa seja dada ciência ao Conselho Regional de Biblioteconomia, 9ª Região.

Sala das Sessões, em 14.03.88.

(a) TADEU LÚCIO MACHADO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, a formulação e consignação em Ata dos trabalhos de hoje deste Poder, de votos de congratulações à Comunidade do Colégio Estadual do Paraná, pela passagem do 142º aniversário de sua fundação.

Fundado em 12 de março de 1986, o Colégio Estadual do Paraná é o maior estabelecimento de ensino público do Estado e um

dos maiores do País, abrigando hoje, quase mil alunos.

Dispondo de elogiável infraestrutura tanto docente quanto a recursos didático-pedagógicos, o Colégio Estadual do Paraná, teve nos seus quadros discentes, vários alunos que se tornaram ilustres nas artes, literatura, ciências, política e outros campos, principalmente devido à dedicação e competência daqueles que se dispõem a ministrar os conhecimentos técnicos.

Ao prestarmos esta homenagem ao tradicional estabelecimento de ensino em questão, congratulamo-nos com toda a comunidade que contribui pública ou anonimamente para a manutenção e engrandecimento da Escola Pública.

Requer ainda, que do pronunciamento do Poder Legislativo do Estado do Paraná, se dê ciência ao Diretor e ao Presidente do Grêmio Estudantil do Colégio Estadual do Paraná.

Sala das Sessões, em 14.03.88

(a) ALGACI TÚLIO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, a formulação e consignação ao Senhor Jorge Aloísio Webber, DD. Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Paraná-FIEP, pelo lançamento, no dia 08 de março próximo passado, da pedra fundamental da construção do Centro de Atividades do SESI (Serviço Social da Indústria) em Toledo.

O Centro devera ser equipado para oferecer lazer e atendimento médico-odontológico para os trabalhadores nas indústrias de Toledo.

É imprescindível que se atente para o aspecto social do empreendimento, uma vez que, após sua conclusão, deverá oferecer condições aos filhos dos trabalhadores das indústrias daquela comunidade, condições de saúde e higiene, além de patrocinar as atividades de lazer a tão merecedora classe.

Que da decisão da Casa, se dê ciência ao homenageado na Sede da FIEP, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 14.03.88.

(a) ALGACI TÚLIO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Soberano Plenário, envio de voto de louvor ao futuro presidente da Legião Brasileira de Assistência- L.B.A., Senhor Pedro Arthur Sampaio, que será empossado no próximo dia 17 do

corrente.

Sala das Sessões, em 14.03.88.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA.

**JUSTIFICATIVA:**

O Senhor Pedro Arthur Sampaio é um homem de conhecida militância política em nosso Estado. Homem honesto e capaz, merece a indicação ao cargo de superintendente Estadual da L.B.A.. —

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Soberano Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Belmiro Valverde Jobim Castor, Digníssimo Secretário de Estado da Educação, solicitando auxílio financeiro para a Prefeitura Municipal de Engenheiro Beltrão, para aquisição de ônibus para transporte de escolares do referido município.

Sala das Sessões, em 14.03.88

(a) AMÉLIA HRUSCHKA.

**JUSTIFICATIVA:**

O Município de Engenheiro Beltrão dispõe atualmente de 2 ônibus e um micro-ônibus para transporte de estudantes. Entretanto, esses veículos são insuficientes, em razão do crescimento populacional da Cidade, uma vez que um dos ônibus tem transportado cerca de 140 estudantes em apenas uma lotação, demonstrando assim a defasagem existente no setor de transporte escolar.

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Soberano Plenário, seja enviado expediente ao Ilustríssimo Senhor João Carlos Finardi, Digníssimo Diretor-Presidente do Banco do Estado do Paraná, solicitando isenção da correção monetária para os empréstimos vencidos destinados à agricultura, ao comércio e à indústria.

Sala das Sessões, em 14.03.88.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA.

**JUSTIFICATIVA**

Os setores produtivos deste Estado estão sendo penalizados com taxas de correção monetária abusivas e extremamente danosas para as atividades geradoras de empregos e riquezas. As próprias taxas de juros já atingiram pontos alarmantes, dificultando as atividades em questão, sendo que a correção monetária inviabiliza o pagamento da dívida contraída junto ao banco por parte dos setores produtivos.

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no

uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Soberano Plenário, envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor José Sarney, Digníssimo Presidente da República, solicitando o fim da correção monetária para os empréstimos vencidos na agricultura, indústria e comércio.

Sala das Sessões, em 14.03.88.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA.

**JUSTIFICATIVA:**

A crise que assola a nossa economia tem elevado de forma inaceitável os juros e a correção monetária em operações bancárias. Os juros altíssimos constatados junto aos bancos são mais que suficientes para penalizar os setores produtivos da nossa Nação, enquanto que a correção monetária ameaça inviabilizar as referidas atividades.

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio expediente ao Senhor Geraldo Garbi, DD. Presidente da Companhia de Telecomunicações do Paraná- TELEPAR, no sentido de que seja instalado um telefone comunitário no bar e Mercearia do Senhor José Fagundes, no Bairro Guarituba Pequeno, Município de Piraquara.

Devido, principalmente ao "inchazo" populacional ocorrido naquela região nos últimos anos, os atuais telefones lá instalados não satisfazem mais a procura, estando, inclusive, muitos deles localizados em locais de difícil acesso aos moradores do bairro.

Segue em anexo, abaixo-assinado dos interessados, através do qual pode ser verificada a importância da reivindicação para a comunidade em questão.

Sala das Sessões, em 14.03.88.

(a) ALGACI TULIO.

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

A Associação de Moradores do Jardim Paulista, no Município de Campina Grande do Sul, marcou uma audiência com o Prefeito Municipal, Senhor Nivaldo Bernardi, na manhã do dia 09 de março, quarta-feira última, para tratar de reivindicações daquela comunidade, o que efetivamente ocorreu.

Entretanto, ao iniciar a audiência o Prefeito quis recusar-se a conversar com a delegação de moradores (cerca de 22 pessoas, maioria mulheres), sob o argumento de que não conversava com presidente de Associação e passou a exigir a apresentação dos estatutos da entidade e, na sequência, agrediu fisicamente o Senhor Renato Portella, presidente legitimamente eleito pelos moradores, provocando-lhe vá-

rias escoriações, no que foi auxiliado por 3 pessoas que se encontravam na Prefeitura, possivelmente funcionários daquela administração. As agressões não terminaram por aí. O Sr. Renato Portella foi arrastado com violência para fora do recinto da Prefeitura, sob a conivência dos demais funcionários e sob o pavor dos moradores do Jardim Paulista que o acompanhavam na oportunidade.

Na sequência o delegado de polícia local foi chamado e, ao invés de lavrar o flagrante delito, limitou-se a conduzir a vítima até a Delegacia para tomar-lhe o depoimento, incorrendo no crime de prevaricação.

Após a chegada na Delegacia, a vítima foi convidada pelo Delegado a permanecer numa sala reservada e esperar, enquanto ele (o delegado) se dirigia à prefeitura para se assessorar com o advogado da mesma. Após, 45 minutos de espera o Delegado, Sr. Edson, voltou dizendo que o Senhor Renato Portella deveria comparecer à delegacia no dia 11/03 pela manhã para prestar depoimento no inquérito a ser instaurado mediante representação do Prefeito, indicando em crime de calúnia.

Ora, deste fato se despreende algumas conclusões sérias, em primeiro lugar transparece a conivência da Delegacia de Polícia, através do seu titular, à Prefeitura local, inclusive assessorando-se com a assessoria jurídica da mesma. Em segundo lugar, a ser comprovado testemunhalmente, o delegado Edson cometeu crime de prevaricação, dado que ele deveria lavrar o flagrante e prender os criminosos, para liberá-los sob fianças, o que não o fez.

Diante do exposto, este Deputado, no uso de suas atribuições constitucionais e regimentais, REQUER, após a manifestação do Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Antonio Lopes de Noronha, DD. Secretário de Segurança do Estado do Paraná e ao Senhor Corregedor da Polícia Civil do Estado do Paraná, para que tomem as medidas legais cabíveis, bem como à Corregedoria da Justiça do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, 14.03.88.

(a) PEDRO TONELLI

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O monopólio exercido pela administração pública na distribuição de sementes de algodão foi segundo os cotonicultores de Terra Roxa, o responsável pela frustração da última safra, uma vez que a CAFE do Paraná, induziu os produtores a comprarem a semente de algodão IAC-20, sem antes tê-la testado para comprovar sua adaptação às condições regionais.

A atribuição de responsabilidade à CA-

FE do Paraná, justifica-se pelo fato de que em anos anteriores, sob as mesmas condições climáticas da safra de 1987, quando era utilizada as sementes da variedade IAC-17, não houveram prejuízos para os produtores.

Tal fato acarretou sérios prejuízos, impossibilitando o adimplemento dos compromissos assumidos pelos cotonicultores junto às instituições bancárias, através de financiamentos para saldar despesas de custeio e para investimentos.

Em anexo segue cópia das reivindicações aprovadas em assembléia pelos cotonicultores de Terra Roxa-Pr, no dia 17 de fevereiro de 1988, a qual, REQUEIRO, seja encaminhada ao Excelentíssimo Senhor Osmar Dias, Secretário de Estado da Agricultura e Abastecimento, ao Diretor-Presidente do Banco Central do Brasil, no Paraná, para que tomem, urgentemente, as medidas necessárias no sentido de resolver o problema gerado por circunstâncias adversas à vontade e à capacidade dos cotonicultores, bem como às condições climáticas e de solos na região.

Requer, ao final, sejam enviadas cópias deste requerimento à Comissão dos cotonicultores de Terra Roxa, Sindicato dos Trabalhadores Rurais e ao Sindicato Rural de Terra Roxa, ao Presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná-FETAEP, e ao presidente da Federação da Agricultura do Paraná-PAEP, ambas em Curitiba.

Sala das Sessões, em 14.03.88.

(a) PEDRO TONELLI.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, REQUER, no uso de suas atribuições legais, após ouvido o Plenário, o envio de expediente a Excelentíssima Senhora KAREN B. CAMPELO, Superintendente Interina da SUREHMA, solicitando a construção de um Poço Artesiano na localidade de Volta Gaúcha, Distrito de Entre Rios, Município de Marechal Cândido Rondon.

Sala das Sessões, em 14.03.88.

(a) GERNOTE KIRINUS.

#### JUSTIFICATIVA:

O lençol freático de Volta Gaúcha está completamente contaminado, colocando em risco a vida da população. O problema é causado pelo Lago de Itaipu, que alterou o nível do lençol.

É injusto que a população de Volta Gaúcha, que não foi consultada junto à construção da Usina, seja penalizada por problemas decorrentes da sua construção. Cabe ao poder público solucionar os problemas por ele mesmo criados, ainda que tenham ocorrido por decisões de administrações anteriores.



Além disso, a construção do poço artesiano é a única solução possível, a não ser que se queira deslocar a comunidade, reconstruindo o povoamento em outro local, o que, sem dúvida, causaria enormes transtornos e muitos problemas.

Assim sendo, a construção do poço artesiano é uma medida de inegável racionalidade administrativa, razão pelo qual solicitamos e contamos com o apoio dos nobres Pares ao presente requerimento.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, REQUER, no uso de suas atribuições legais, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor FERNANDO XAVIER FERREIRA, Presidente da TELEPAR, solicitando a implantação de um Posto de Serviços - PS, na localidade de Volta Gaúcha, no Município de Marechal Cândido Rondon.

Sala das Sessões, em 14.03.88.

(a) GERNOTE KIRINUS.

#### JUSTIFICATIVA:

Sendo a localidade de Volta Gaúcha distante da sede do Município e com considerável número de habitantes, é de extrema necessidade a instalação de um Posto de Serviços para o atendimento aos moradores, pois o deslocamento até a sede é demorada e difícil.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Soberano Plenário, envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Professor Belmiro Valverde Jobim Castor, solicitando distribuição do folheto em anexo, contendo a Declaração Universal dos Direitos do Homem, a todos os estudantes da rede estadual no Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 14.03.88.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA.

#### JUSTIFICATIVA:

Neste ano de 1988 a Declaração Universal dos Direitos do Homem completa 40 anos de existência. É, portanto, uma oportunidade de divulgação em massa, visando incentivar a participação efetiva dos estudantes na vida nacional, através da conscientização de seus direitos.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Doutor ALUISIO CAMPOS DA PAZ, Digníssimo Presidente da Fundação das Pioneiras Sociais, em Brasília, à Av. W3-Sul, Quadra 501 SMHS, CEP 70.330

solicitando esclarecimentos quanto aos critérios que norteariam a seleção de currículos para o concurso público realizado pela entidade nos dias 12 e 13 do corrente mês, para provimento de cargos no futuro Hospital da Medicina do Aparelho Locomotor.

Sala das Sessões, em 14.03.88.

(a) LAURO LOBO ALCANTARA.

#### JUSTIFICATIVA:

No momento em que a Nação brasileira clama, em uníssono, por uma alteração nos rumos nacionais, a essa altura, imprescindível; quando nossa economia atravessa uma fase nada lisonjeira, tangendo o auge do seu esplendor negativo; quando juros exorbitantes oneram sobremaneira as empresas; quando sentimos crescer o inextinguível peso de uma dívida externa que não tem como saldar; quando assistimos, desesperados, o irreversível êxodo rural pela falta de emprego e de condições de vida no campo; quando a oferta de trabalho para mão-de-obra qualificada está muito aquém da procura, é imprescindível que a transparência na administração dos interesses comuns estejam sempre presentes, como forma de restituir a credibilidade aos concursos públicos, hoje vistos pela maioria com muito ceticismo.

Portanto, solicitamos as informações quanto aos critérios utilizados para a seleção de currículos para habilitação em concurso público realizado por essa entidade conforme acima enunciado, pois falta cristalinidade e transparência, que vão desde a precariedade na publicação dos editais de convocação, culminando com o grande número de ausência dos candidatos do Paraná, cujos currículos foram aprovados e cuja ausência às provas foi de 40%.

Desta forma, até que tenhamos os esclarecimentos necessários não podemos ver a matéria sob outro aspecto que não o de absoluta falta de critérios. Que o presente, se dê ciência ao Excelentíssimo Senhor Governador Álvaro Dias e Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Saúde, Doutor Luiz Carlos Borges da Silveira.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Soberano Plenário, envio de correspondência ao Excelentíssimo Senhor Belmiro Valverde Jobim Castor, Digníssimo Secretário de Estado da Educação, solicitando criação de ensino de 2º grau, no Jardim Alvorada de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 14.03.88.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA.

#### JUSTIFICATIVA:

No ano de 1987 nada menos que 117 es-

tudantes daquela localidade deixaram de cursar o 2º grau por falta de estabelecimento de ensino. Neste ano de 1988 até o momento, aproximadamente 90 estudantes terão o mesmo problema, caso não seja criado o ensino de 2º grau naquela localidade.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a formulação de apelo ao Senhor Benardo Truppel Neto, no sentido de que seja dada maior agilização às obras que visam solucionar os problemas de abastecimento de água nos bairros localizados nas regiões mais altas de Curitiba.

Ao encaminharmos o apelo ao Superintendente da SANEPAR na Região Metropolitana de Curitiba, acreditamos estar tomando medida com vistas a melhorar as condições de vida da população concentrada nos pontos mais altos da cidade.

Há alguns anos que essa população está sendo prejudicada pelo falho abastecimento de água nos bairros Alto Boqueirão, Santa Felicidade, Bairro Alto e Santa Cândida, inclusive impossibilitando a manutenção das condições de higiene e saneamento básico.

Que da decisão da Casa, se dê ciência às Associações dos Bairros em questão.

Sala das Sessões, em 14.03.88.

(a) ALGACI TULIO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Na forma regimental, e após ouvido o Soberano Plenário, o Deputado que este subscreve, REQUER a transcrição em Ata dos trabalhos de hoje, da nota da Associação dos Docentes da Universidade Estadual de Ponta Grossa, conforme segue:

"A Comunidade Universitária de Ponta Grossa, reunida em Assembleia Geral, resolveu vir, de público, manifestar seu

#### REPÚDIO

à tentativa do governo Estadual, de, através de um decreto, ainda em estudo, imiscuir-se ilegítimamente na estrutura básica das Universidades do Estado, tirando-lhes sua Autonomia, e concentrando, nas mãos dos próprios auxiliares do Governador, poderes tais que não condizem com a natureza autônoma legal das Instituições de Ensino Superior.

"O decreto a ser imposto é ilegal, imoral e fere, além dos princípios básicos essenciais das Universidades a Legislação vigente.

"Ana Neotti - Presidente da Associação

dos Docentes da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

"Flavio Madalosso Vieira - Presidente da Associação dos Servidores da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

"Euclides Eudes Panazolho - Presidente do Diretório Central de Estudantes".

Sala das Sessões, em 14.03.88.

(a) EDMAR LUIZ COSTA.

#### Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 041/88

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS, com sede e foro na Cidade de São João do Ivaí.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14.03.88.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEXO.

#### JUSTIFICATIVA:

A APAE de São João do Ivaí, tem surpreendido a comunidade local, pelos brilhantes trabalhos que vêm sendo desenvolvidos com os excepcionais, promovendo a integração desses carentes à sociedade através de professores especializados que tem por objetivo proporcionar melhores condições de vida a essas crianças, muitas vezes abandonadas por suas famílias por ignorância, falta de recursos financeiros e melhores instruções. E através de trabalhos dirigidos, como sessões psicológicas e fisioterapêuticas, amenizar o sofrimento dessas crianças e famílias.

Relação dos documentos que seguem em anexo:

Ata da Nova Diretoria; Certidão do Tribunal de Contas; Declaração de que a Diretoria não recebe honorários; Relatório das atividades realizadas no Período de 1987; Extrato do Estatuto da Associação; Ata de Fundação da APAE e fotocópia do cartão de CGC.

A APAE preocupa-se ainda em desenvolver promoções artísticas e culturais além de jantares confraternizantes, com a finalidade de além da integração dos deficientes, arrecadar fundos para que se torne possível oferecer instruções e aprimoramento das técnicas em trabalhos desenvolvidos com os deficientes.

Tem se dedicado ainda, em desenvolver nas áreas motoras gerais e fina ampla, por conscientizar-se de que essas crianças necessitam tomar parte na sociedade, mantendo no programa de higiene mental e corporal que são primordiais, juntamente com iniciação às ciências e linguagem oral



e escrita. Além do que, são desenvolvidas atividades recreativas na semana da criança, semana da pátria e semana do excepcional, sempre voltadas à preocupação com as crianças, carentes de valores materiais, espirituais e didáticos.

Reconhecida pela sociedade, tem sido incentivada a continuar desenvolvendo os trabalhos iniciados em prol da comunidade necessitada por não obter instrução suficiente para enfrentar os problemas surgidos no dia-a-dia, em decorrência da concepção de filhos considerados normais.

Tem se destacado ainda nas promoções sociais realizadas pelos professores, que se dedicam no anseio de viabilizar recursos, objetivando uma melhoria no sistema de ensino e acompanhamento.

Já é reconhecida de Utilidade Pública Municipal, e nada mais justo que a consideremos de Utilidade Pública Estadual, ficando portanto na liberdade de filtrar verbas e auxílios para o seu desenvolvimento.

É a justificativa.

PROJETO DE LEI N° 042/88  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica concedido o Título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Senhor MATHIAS LEH, tendo em vista o seu notável desempenho para o progresso paranaense.

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14.03.88.

(a) EZEQUIAS LOSSO.

JUSTIFICATIVA: em anexo.

MATHIAS LEH, dados biográficos e atividade profissional.

Mathias Leh, nascido na Iugoslávia no dia 9 de março de 1937, é filho de agricultores. Imigrante, aportou no Brasil, em 1951, como integrante do povo suábio, parte do qual, no nosso País, procurou nova existência e destino, aceitando o enorme desafio de transformar os campos nativos do 3° Planalto, no Distrito de Entre Rios, Guarapuava, em produtivas lavouras, conforme propusera e firmemente acreditava ser viável o então Governador Bento Munhoz da Rocha Neto.

Nos primeiros e difíceis anos de Entre Rios, o agricultor por vocação, Mathias Leh, cumpriu funções de contador na cooperativa Agrária até o ano de 1959, tendo reiteradas vezes, procurado São Paulo para aprofundar sua educação, dedicando-se também, lá, como correspondente em empresa de importação.

Durante o período de 1960 a 1965 voltou sua atenção e invulgar iniciativa à edifi-

cação de um estabelecimento rural próprio, visando a existência de sua família, participando ativamente, como associado, da cooperativa dos produtores imigrantes.

No ano de 1965, foi eleito membro do Conselho Fiscal da Cooperativa Agrária, da qual já em 1966, se tornaria seu Presidente, cargo que lhe proporcionou o pleno desenvolvimento de sua singular energia criadora, seu talento administrativo, sua acurada sensibilidade para diagnosticar os rumos da economia e, atentar para questões sociais e culturais da sociedade e, também, de sua superior capacidade de liderança, traços estes de sua personalidade, que o habilitaram a conduzir e a fazer com que a colônia suábica de Entre Rios alcançasse a posição de relevância na região e no Estado do Paraná.

A época da sua primeira gestão como Presidente da Cooperativa Agrária, lá atravessava, como também a colônia dos suábios, crise econômica de profundo efeito depressivo sobre os imigrantes. Lutavam eles pela própria sobrevivência; 50% da força de trabalho já abandonara a colônia, retornando para a Europa. Inexistia, para fixar os agricultores no abandono do vasto interior, uma estrutura escolar à altura de suas aspirações, como também inexistia uma assistência médica e social condizente; precárias eram as vias de comunicação e insuficientes eram os resultados obtidos com a atividade econômica, cuja estrutura produtiva se demonstrara altamente deficiente. Apenas uma firme liderança com objetivos claros a longo prazo poderia reverter o quadro adverso.

A equipe dirigente capitaneada por Mathias Leh se propôs perseguir 4 objetivos, através da Cooperativa Agrária:

1) Interromper o fluxo emigratório que corroía profundamente a força produtiva da Colônia de Entre Rios.

2) Criar uma estrutura educacional e fundar uma entidade mantenedora capaz de garantir a formação adequada dos jovens.

3) Criar as bases e desenvolver a industrialização da produção, para ampliar as perspectivas econômicas da colônia.

4) Iniciar e perseguir sistematicamente uma reforma agrária interna, capaz de garantir a produção e a produtividade agrícola, tendo como parâmetros fundamentais a sua viabilidade econômica e técnica.

Em decorrência dos planos de longo prazo elaborados, a Cooperativa Agrária, já em 1967, adquiriu 2.000 hectares de terras para formar um estoque fundiário inicial, visando proporcionar aos pequenos produtores o acesso as terras ou o aumento de áreas produtivas. Até hoje ainda está em andamento o programa que, de forma rotativa, já beneficiou significativa parte

do quadro social da cooperativa, ficando os jovens no campo. O plano já ultrapassou a soma de 20 mil hectares de terras incorporadas ao processo produtivo.

No ano de 1968 entrou em vigor a política alemã de ajuda para o desenvolvimento, o que motivou Mathias Leh a exercer intensa atividade no sentido de obter o aporte de recursos para possibilitar medidas abrangentes, em Entre Rios, de alcance econômico e social. Beneficiando-se da oportunidade, pode ser agilizada a consolidação da estrutura educacional e social, fato que muito contribuiu para acelerar, paralelamente, o desenvolvimento econômico. Contudo, importa assinalar, que as relações amigáveis estabelecidas, em especial as de aspecto cultural, também o foram com a Áustria e a Suíça, por obra e mérito, principalmente, de Mathias Leh.

No início da década de 1970, o sistema cooperativista existente em Entre Rios, foi profundamente reestruturado, adequando-o a uma nova dinâmica de atividades e capacitando-o a enfrentar um novo futuro que apenas se desenhava. Amplos financiamentos, especialmente junto ao Banco do Brasil S.A., possibilitaram construir um abrangente complexo armazenador.

Neste período de intensiva atividade criadora o Município de Guarapuava outorgou ao Senhor Mathias Leh o título de Cidadão Honorário.

Na mesma época o cooperativismo paranaense iniciou processo de transformação, unindo-se em cooperativas centrais. Assim também a Cooperativa Agrária, e outras cooperativas da área de Ponta Grossa e Castro, fundaram a COOPERSUL - Cooperativa Central Agropecuária Campos Gerais Ltda., da qual a cooperativa Agrária, majoritária, participa com 43%. O investimento representou efetivo passo para a industrialização da própria produção e contribuiu para que a Cooperativa Agrária aumentasse a sua participação na arrecadação fiscal do Estado do Paraná.

O acelerado desenvolvimento de Entre Rios passou a atrair largos contingentes de pessoas da região, sobretudo antigos empregados das serrarias que haviam encerrado suas atividades, propondo novos desafios à administração da cooperativa, no campo social. Neste aspecto a sensibilidade e a visão social de Mathias Leh foi essencial para motivar e sustentar a necessidade de financiar um programa de construção de casas para funcionários e de garantir uma prestação de serviço de assistência social e educacional às populações carentes. Para tanto firmou com a "Ordem das Irmãs Mercedárias de Caridade, acordo para o tipo de atividade, qual é mantida financeiramente pela cooperativa. A atividade foi centralizada em torno da Escola Fran-

cisco Peixoto de Lacerda Werneck, atualmente com cerca de 900 alunos, construída e mantida, até recentemente, pela Cooperativa Agrária. Por esta razão, no centro das atividades foi erigido pela Cooperativa um templo e residência das irmãs.

Igualmente, naquela época, a direção da Cooperativa Agrária, passou a criar condições para reunir a juventude, objetivando proporcionar-lhe um sadio lazer e despertar-lhe interesse pelos assuntos da colônia, sobretudo da juventude acadêmica, motivando sua permanência na própria colônia proporcionando, com isto, a Entre Rios, uma força de trabalho dinâmica e qualificada.

Mathias Leh sempre viu claramente o fato de que a interrupção do "boom" da soja seria questão de tempo. Influído, decisivamente, a Cooperativa Agrária prever-se, já cedo, procurando alternativas produtivas. Em razão das condições climáticas, iniciou a estimular, assim, o plantio da cevada e aveia, com o que também se traçou o caminho para o estabelecimento efetivo de uma agroindústria de porte.

No ano de 1977, pela associação da Cooperativa Agrária e da Companhia Antártica Paulista, foi fundada a AGROMALTE S.A., visando transformar a cevada produzida na região em malte, para fornecê-lo às cervejarias nacionais. Na espécie, a AGROMALTE S.A. ainda hoje é a maior da América Latina, representando um investimento de 25 milhões de dólares e responsável por 15% da produção nacional de malte, o que representa uma economia de divisas da ordem de 30 milhões de dólares, colocando-se entre os maiores contribuintes do Estado.

No mesmo ano a Cooperativa Central COOPERSUL, adquiriu em Ponta Grossa uma indústria de soja com a capacidade de produção de 200 mil toneladas/ano.

Acontecimento de grandes reflexos para a economia de Entre Rios foi o convênio firmado com a EMBRAPA, em 1983, acordo que criou as premissas sempre sonhadas por Mathias Leh, de um trabalho técnico e científico abrangente, que inclui, igualmente, parcerias científicas com várias instituições públicas e particulares, ou seja o IAPAR, a OCEPAR, a Universidade de Passo Fundo (RS) e a Faculdade Técnica "Weißenstephan" da Universidade de Munique (RFA). Hoje, em decorrência das atividades de pesquisa e experimentação, a Cooperativa Agrária possui uma Estação Experimental avançada tecnicamente.

O trabalho desenvolvido conjuntamente com a EMBRAPA e os outros órgãos, foi fator determinante para que Entre Rios se firmasse em principal fornecedor de aveia para consumo humano no Brasil; o incremento e a sustentação técnica do plantio da cevada pela Cooperativa Agrária, assegurou

ao Paraná uma significativa alternativa econômica.

No ano de 1986 a Cooperativa Agrária adquiriu a participação acionária da Companhia Antártica Paulista e se tornou proprietária exclusiva desse empreendimento estratégico, por conseguinte, agora, genuinamente guarapuavano e paranaense, sob a Presidência, também de Mathias Leh.

Em razão do progresso alcançado em Entre Rios, várias novas lacunas na estrutura comunitária se verificam e requerem solução. Assim é o caso da área da comunicação social em Entre Rios, especialmente no que tange os aspectos da técnica, da cultura, da educação e do lazer. A perspicácia e a sensibilidade de Mathias Leh conseguiu alertar o quadro social da cooperativa e motivá-lo a também assumir as suas responsabilidades, concretamente, nesta área, do que resultou, estar Entre Rios, em fase de instalação de um sistema multi-medial de comunicação, através de jornal, rádio e televisão educativa, como candente exemplo de que o progresso humano só o é, verdadeiramente, se atingir a pessoa como um todo. Possivelmente o mérito maior de Mathias Leh seja o de ter reconhecido e, efetivamente, lutado de forma incansável para alcançar o bem estar material e moral de sua comunidade e de todos que a ela se vinculam, despertando nos homens o sentimento de responsabilidade, de consciência da sua capacidade, de amor ao trabalho criativo e harmônico e, sobretudo, de motivá-los a investir pesadamente para objetivar também o atendimento das necessidades imateriais, mas que constituem valores irrenunciáveis de uma sociedade livre.

A atividade diversificada da Cooperativa Agrária, sob a liderança de Mathias Leh, foi reconhecida em vários círculos, fato de que se expressa ter sido agraciado, em 1969, com a medalha "Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon"; em 1979 se tornou membro honorário da organização "Schwaben Internacional"; em 1984 foi condecorado, pelo Governo do Estado do Tirol, Áustria, com a "Comenda da Águia, em Ouro". Em reconhecimento dos seus esforços no tocante às relações Brasil/ Alemanha, foi o cidadão honorário de Guarapuava condecorado com a "Ordem do Mérito" da República Federal da Alemanha, em 1985.

Profundo conhecedor e militante do sistema cooperativista, conseguiu granjear, mercê de sua autoridade e vivência, a admiração das cooperativas das classes econômicas do Paraná e de inúmeras autoridades e políticos do nosso País e do exterior.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra no Pequeno Expediente ao nobre Deputado Pedro Tonelli.

O SR. PEDRO TONELLI - Senhor Presidente, Senhores Deputados, demais presentes. (Lê):

Na última semana ocupamos por duas vezes esta tribuna para denunciar as demissões e transferências arbitrárias promovidas pelo Secretário de Estado da Agricultura, Senhor Osmar Dias, como interventor e liquidante da ACARPA. Fatos novos vieram somar-se à extensa lista de pessoas atingidas pelo patrulhamento ideológico e pelas perseguições políticas promovidas pelo Secretário e não poderíamos virar esta página vergonhosa deste primeiro ano do Governo Álvaro Dias sem denunciá-los perante esta Assembléia e perante o povo paranaense.

Quando apresentamos aqui, na semana passada, relatórios completos sobre o desempenho profissional dos funcionários demitidos, porta-vozes do governo vieram em defesa de Osmar Dias, endossando suas acusações levianas e irresponsáveis.

Osmar Dias insiste em justificar seus atos autoritários e insanos com acusações criminosas e infundadas. Temos em mãos cópia do telex enviado pelo Secretário de Estado da Agricultura do Paraná ao Presidente da Associação dos Funcionários da EMATER do Distrito Federal, onde Osmar Dias tece as seguintes acusações aos funcionários demitidos: mau desempenho profissional, alcance de caixa, apropriações indébitas, desrespeito e hierarquia funcional, proselitismo de vadiagem e panfletagem política no ambiente de trabalho durante o expediente.

Como podemos admitir que um Secretário de Estado faça acusações dessa gravidade sem apresentar mínimas provas? Como podemos dar crédito a Osmar Dias se ele acusa os demitidos de tamanhas infrações, quando todos foram demitidos sem justa causa? Osmar Dias acusa com toda arrogância os ACARPEANOS demitidos, mas não teve e não tem a hombridade de enfrentar inquéritos administrativos para apurar suas acusações levianas. Se as acusações levantadas de forma irresponsável e espúria pelo Secretário procedessem, seriam motivos mais do que suficientes para que os acusados tivessem sido demitidos por justa causa, além de responsabilizados pelos "alcance de caixa e apropriação indébita", segundo termos do próprio acusador.

Apresentamos nesta Casa um requerimento solicitando a abertura de inquéritos administrativos para levantar caso a caso o desempenho profissional dos demitidos e avaliar a procedência ou não das acusações levantadas pelo Secretário Osmar Dias. Infelizmente não obtivemos êxito no nosso

pedido, já que os Parlamentares das fileiras governistas preferiram lavar as mãos e se calar perante as arbitrariedades praticadas pelo irmão do Governador. Aliás, não fosse este respaldo familiar, certamente Osmar Dias já estaria há muito tempo afastado do governo, pois tem dado provas cabais que não possui o preparo para exercer qualquer cargo público, principalmente num regime que se pretende democrático.

Como dissemos ao iniciarmos nosso pronunciamento, retomamos a questão das demissões da ACARPA/EMATER, porque, fatos novos vieram comprovar a veracidade das denúncias por nós aqui formuladas em ocasiões anteriores. Estamos nos referindo ao caso da demissão da funcionária Vera Lúcia Barbosa de Jesus Sá, extensionista social com quase 15 anos de serviços prestados à ACARPA, hoje EMATER. Vera Lúcia, mãe de uma criança de 7 anos e a menos de um mês para dar a luz ao seu segundo filho, foi demitida pelo Secretário de Estado da Agricultura Osmar Dias, irmão do Governador Álvaro Dias. Através da Portaria nº 33-A assinada no dia 7 de fevereiro de 1988, Osmar Dias sacramentou a demissão de Vera Lúcia, grávida de 9 meses. Não sei que palavras caberiam para classificar mais esta monstruosidade cometida pelo irmão do Governador.

O mais irônico, é que a demissão de Vera Lúcia só se concretizou no dia 8 de março, quando ela retornou de uma licença médica em função de complicações de gravidez. Se todos estão lembrados, dia 8 de março, Dia Internacional da Mulher, nesta mesma tribuna, diversos pronunciamentos foram feitos em defesa da dignidade da mulher e nós mesmo denunciávamos as arbitrariedades e as discriminações que ainda se cometem contra a mulher. Não poderíamos supor que naquele mesmo dia um Secretário de Estado, irmão do Governador, estivesse cometendo um ato tão brutal, ao demitir Vera Lúcia, mãe de família e grávida de 9 meses.

A afronta praticada contra Vera Lúcia não está apenas no fato dela se encontrar grávida. Vera Lúcia tem uma ficha funcional exemplar, como os demais funcionários demitidos. Com cursos de especialização e como Coordenadora do Programa de Bem-Estar Social na região de Guarapuava, onde trabalha há 12 anos, Vera Lúcia desenvolvia valiosos trabalhos de promoção e incentivo aos pequenos agricultores. Como esta não é a filosofia de trabalho de Osmar Dias, que prefere favorecer os grandes proprietários, o trabalho de Vera Lúcia se tornou incômodo. Abusando do seu cargo de Secretário de Estado, Osmar Dias resolveu demiti-la sem justa causa. Como Vera Lúcia mesma declarou, certamente o Secretário-carrasco apostava que ela se calaria pe-

rante a injustiça.

Entretanto, Vera Lúcia, dando um exemplo do que significa resistir perante os poderosos, perante as injustiças, soube reagir, mesmo colocando em risco a sua saúde e do seu filho que deverá nascer na próxima semana. Vera Lúcia veio até Curitiba e denunciou perante a imprensa o ato praticado pelo Secretário.

Ao perceber as dimensões que o fato poderia atingir, apesar dos esforços de impedir a sua divulgação, Osmar Dias foi alertado a tempo para rever sua decisão. Assim, no último dia 11, Osmar Dias reconheceu que havia cometido um "erro imperdoável" e revogou a sua portaria, determinando a reintegração de Vera Lúcia. Para lavar suas mãos, Osmar Dias transferiu a culpa para um subalterno. Eis a prova cabal da cumplicidade, da incompetência, da irresponsabilidade.

O caso da demissão de Vera Lúcia espelha com nitidez absoluta o que ocorreu nas demais demissões. Ao determinar a "caça às bruxas", Osmar Dias atendeu o pedido de prefeitos e políticos do PMDB para demitir funcionários. Sem qualquer conhecimento sobre os atingidos pela delação dos partidários, o Secretário foi "caneteando" demissões sem justa causa.

Ao confessar seu "erro imperdoável", Osmar Dias colocou por terra todas as acusações levianas formuladas por ele contra os funcionários demitidos. Certamente, a reintegração de Vera Lúcia só foi efetuada pela sua condição momentânea de gestante. Osmar Dias percebeu o alcance que teria perante a opinião pública tamanha insensatez. Ao reintegrar Vera Lúcia, Osmar Dias não fez por reconhecer sua competência profissional ou por reconhecer que os motivos da demissão eram apenas políticos e arbitrários. Se assim procedesse, Osmar Dias teria que rever todas as demissões por ele praticadas.

Esperamos que esta Casa não silencie mais uma vez perante os acintes de mandonismo e prepotência praticados pelo irmão do Governador. Se esta Casa não se pronunciar perante fatos como este, estaremos sendo coniventes com a injustiça institucionalizada e perante o flagrante descumprimento da legislação trabalhista em vigor, que garante a estabilidade no emprego para as gestantes. Quem preferir mais uma vez acreditar nas inverdades divulgadas pelo Secretário Osmar Dias, que apesar de reconhecer o "erro imperdoável", prefere transferir a responsabilidade para subalternos. A portaria da demissão de Vera Lúcia foi assinada do próprio punho por Osmar Dias e a responsabilidade é só dele. Que ele incentive a implantação de um sistema de denúncias sobre os funcionários que incomodassem as oligarquias locais, é

fato sobejamente conhecido, cujos frutos são demissões vergonhosas e indefensáveis, como o caso de Vera Lúcia. Mais uma vez reafirmamos que o irmão do Governador não possui qualquer preparo para merecer um cargo público. Sua formação decididamente não se enquadra num regime que pretendamos seja democrático.

Esperamos que os nobres Deputados desta Casa tenham uma posição perante tais atos. Não podemos nos acovardar, sob risco de merecer a condenação da população paranaense que está farta de governantes autoritários e ditatoriais. (Termina de ler).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Deputado Lindolfo Júnior.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados:

Como fazemos todos os finais de semana, na última sexta-feira, por grande parte principalmente dos Senhores representantes do interior, nesta Assembléia, nesta Augusta Casa de Leis, nos dirigimos à Maringá, no avião das 17:00 horas da Rio-Sul, e quando lá chegamos, para nossa surpresa e para nossa emoção, centenas de jovens e de crianças e também de idosos aguardavam este Parlamentar no aeroporto Gastão Vidigal, onde na oportunidade, após termos assumido a coordenação da frente nacional de defesa dos direitos da juventude, nos sentimos honrados e emocionados, porque, naquela oportunidade, representantes de diversas entidades, Faculdades, como é o caso de Paranaíba, FAFIPA, da Faculdade de Mandaguari, representantes da Faculdade de Jandaia, de Apucarana, e todos eles hipotecavam confiança e depositavam no nosso nome, escolhido como coordenador nacional, dentre tantos jovens deste País; o direito de erguermos as nossas vozes, a voz da juventude do Estado do Paraná e deste País, contra arbitrariedades, irregularidades, falta de seriedade, e acima de tudo, falta de compromissos para com a criança e para com a juventude deste País.

Na oportunidade, quando usamos da palavra, no aeroporto Gastão Vidigal, tomado por escolas de samba, por fanfarras de colégios, fizemos questão sim, de ressaltar que a juventude brasileira tem seus deveres, todo jovem tem suas obrigações, mas, a juventude brasileira também tem seus direitos, direitos estes que precisam ser respeitados.

Dizíamos na oportunidade, da falta de oportunidade do jovem brasileiro, que depois de tanto estudar, e de passar por uma Universidade, no exercício da sua profissão, encontra as portas cerradas para a sua qualificação. A juventude, que almejou

o ensino público e gratuito, e aí está, no Estado do Paraná, e que precisa ser estendido também, aos secundaristas; enfim, a todos os jovens deste Estado, como exemplo para este País.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está esgotado o prazo; concedemos mais um minuto para a conclusão.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Muito obrigado... nobre Deputado Anibal Khury. Apenas, para complementar.

Recebemos esta manifestação da nossa gente com muita humildade e prosseguiremos, perseguindo de acordo com os ditames da nossa consciência dias melhores para as crianças e para a juventude deste país. Não somente o jovem qualificado pela idade, mas os jovens também dos cabelos grisalhos que trazem consigo a vontade de sempre renovar ou então morrer!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao jovem Deputado Artagão Mattos Leão. Com a palavra o Deputado, jovem, Artagão Mattos Leão.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Ocupo a tribuna deste Parlamento, pela vez primeira neste ano, para enaltecer o alto grau de preparo demonstrado por Sua Excelência o Senhor Secretário de Estado da Agricultura Osmar Dias, tão criticado injustamente por pessoas que só sabem criticar. Demonstrou neste ato, quando readmitiu uma funcionária, de que realmente goza de todo o preparo para o cargo que exerce. Porque das outras vezes quando funcionários foram demitidos ele defendeu a sua posição sempre com coerência, não admitindo contestação. Porque achava, como nós também achamos, que o seu gesto era justo. Agora, reconhecendo o lapso cometido, volta atrás e readmite a funcionária.

Realmente, um gesto belíssimo. Um gesto de pessoa competente! Um gesto de pessoa capaz! Um gesto de pessoa que realmente está preparada para exercer uma função tão nobre como de Secretário de Agricultura.

Reconhecer um erro. Poucos têm esta capacidade. Poucos têm esta sensibilidade e nós não poderíamos deixar de vir à tribuna para enaltecer este ato e este fato.

Aqueles que criticam, continuarão criticando. Tenho razão ou não tenho razão? Mas não têm capacidade para vir à tribuna desta Casa dizer que funcionários daqueles demitidos em época eleitoral, usaram carros, veículos, da Instituição para fazer política partidária. Não vêm a esta tribuna dizer que elementos da AFA foram até Guarapuava e ficaram 2 dias e duas noites



insistindo para que a funcionária Vera Lúcia dissesse que o culpado disto era o Secretário de Estado da Agricultura e ela não disse. Porque não era verdade, era uma moça séria e não poderia dizer. Mas estes que criticam, não contando a verdade, é que não são os homens sérios. E nós devemos render a nossa homenagem aos sérios e aos justos, àqueles que demitem quando têm que demitir, quando funcionários que são contratados para trabalhar, não trabalham e que têm também a capacidade de reconhecer um erro, um engano.

Por isso, Senhores Deputados, os nossos efusivos parabéns e as nossas maiores homenagens ao Secretário de Estado da Agricultura, um homem realmente capaz como não são alguns dos Deputados desta Casa, que insistem em criticá-lo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Parece-me que pelo pronunciamento do Deputado Artagão Mattos Leão, sobrou alguma ferpa a este Deputado, que quer deixar bem claro que não mistura as coisas, em relação ao Secretário de Estado da Agricultura. Posso ter as minhas divergências com o mesmo, posso ter críticas em relação ao seu trabalho, a sua maneira de agir, mas são testemunhas, os Senhores Parlamentares, que depois do episódio triste verificado nesta Casa, em que quando fui recebido em nome da Assembleia Legislativa com os demais Deputados, não trouxe a este Plenário críticas sem que eu tivesse, evidentemente, razões de fazer críticas, portanto não é do meu feitio, apenas por ter alguma divergência com o Senhor Secretário, vir constantemente ocupar a tribuna para criticá-lo.

Virei sim, no momento oportuno, na hora em que entender que mereça o Senhor Secretário algumas críticas.

Assinei o documento do Deputado Pedro Ronelli, consciente de que realmente assinei um documento, visando evidentemente corrigir injustiça e reconheço e saberei também reconhecer o momento em que mereça o Senhor Secretário, algum elogio por esta Casa, por este Parlamentar.

Mas venho a esta tribuna, Senhor Presidente e Senhores Deputados, para mais uma vez levantar a voz em nome da ASALEP - Associação dos Servidores da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, porque todos nós Parlamentares acabamos de receber uma correspondência...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O seu tempo está esgotado.

O SR. ALGACI TÚLIO - Muito obrigado. Prosseguirei no Horário das Lideranças.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - No Horário das Lideranças, concedo a palavra ao Senhor Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados, passarei a ler a carta da Associação dos Servidores da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná - ASALEP, datada do dia 11 de março de 1988. Senhores Deputados. (Lê): Senhores Deputados.

1. Sabedores que 80% dos jornais de Curitiba, constam da folha de pagamento da Secretaria de Estado de Comunicação Social. O que fica impossível de levar o nosso protesto ao povo do Paraná.

2. Sabedores de que, como não é época de eleições de associações, perguntamos: onde está a voz da defesa dos funcionários públicos do Paraná, que está covardemente calada e presenciando a falência, a desmoralização e o desespero da família dos servidores do Estado do Paraná?

3. Sabedores que o quadro de Funcionários do Estado do Paraná, está inchado de servidores "FANTASMAS" bem remunerados, perguntamos: de quem é a culpa? Será dos funcionários que cumprem com as suas obrigações e vivem de seus salários? Ou é dos governantes que criam cargos bem remunerados e depois acobertam os mesmos com nomeações de seus familiares, amigos e cabos eleitorais? Será que a culpa é nossa?

4. Sabedores que foram criados, principalmente na Casa Civil, mais de 200 cargos D.A.S. e que, segundo palavras do Senhor Governador ALVARO DIAS, a arrecadação do I.C.M. não dá para cobrir a folha de pagamento dos funcionários, perguntamos: numa época de recessão e crise, a política certa seria criar ou extinguir cargos? Será que a culpa é nossa?

5. Sabedores que a dívida externa contraída pelos nossos governantes em bilhões de dólares, para construções de obras faraônicas, que levou este País ao caos, perguntamos: a culpa é nossa?

6. Sabedores que o deficit público (dívida interna), é gerado pela má administração, pela corrupção e pela inoperância de nossos governantes, (governo anterior, Banco Del Paraguay, Teatro Guaíra, IPE, FUNDEPAR, PROMOPAR, etc), perguntamos: é culpa nossa?

7. Sabedores que a moeda corrente do Brasil é o Cruzado, e que foi criada pelo Plano Cruzado, o maior golpe eleitoral aplicado ao povo brasileiro. Em consequência deste famigerado golpe nós servidores, recebemos nossos salários em cruzados e



pagamos os nossos compromissos (dívidas) em O.T.N's (IPTU, Empréstimos Hipotecários, Seguros, etc), perguntamos: a culpa é nossa?

8. Sabedores que os nossos compromissos financeiros tais como: luz, água, telefone, transporte, combustível, empréstimo imobiliário BANESTADO, administrado pelo Governo, tem seu valor corrigido acima da URP), bem como colégios, alimentação e vestuário, etc., que são repassados para os consumidores (Lei Federal), perguntamos: Senhor Governador Álvaro Dias, por que da "URP preguiçosa e ao mesmo tempo vinculada na arrecadação do ICM. É notório que a arrecadação do Estado nos últimos 3 meses está em declínio, por falta de poder aquisitivo e pelos corruptos sonegadores de impostos.

Ao chamar os fiscais federais e estaduais de corruptos, não seria melhor mudar o sistema de arrecadação do Estado?

9. Sabedores que o Governador ÁLVARO DIAS tomou uma decisão antipática, inconstitucional, injusta e errônea ao implantar a "URP preguiçosa", o que virá agravar ainda mais a crise em que se encontram os servidores do Estado do Paraná.

Hoje temos 51 mil crianças sem poder frequentar as escolas, por motivos óbvios. A rede escolar particular é muito cara e todos os meses é acrescida a URP, e os colégios do Estado não estão preparados para esta demanda.

Será que nossos filhos são diferentes dos demais, e não têm o direito de estudar, o direito de ter uma boa alimentação, o direito de ter uma vestimenta decente, o direito de crer e ter fé nas leis que protegem os assalariados, que é o dever do Estado e da Nação?

10. Sabedores que com uma Lei Estadual, foi dado o "perdão fiscal", beneficiando os corruptos e os sonegadores de I.C.M., perguntamos: Senhor Governador, nós somos culpados?

11. Sabedores, por declarações do Secretário de Estado das Finanças, que 31 mil empresas deixaram de recolher o I.C.M., será que o sistema de arrecadação do Estado está correto ou é culpa nossa?

12. Sabedores da penúria e desespero que vivem os servidores do Paraná e principalmente da Assembleia Legislativa, onde uma boa parte já não tem onde morar, pela alta constante de aluguéis, pelas doenças provenientes de má alimentação (diagnosticada pelo Serviço Médico desta Assembleia).

Pedimos aos Senhores Deputados que não deixem congelar a URP, e que seja implantado o mais rápido possível nesta Assembleia Legislativa, sua reforma administrativa, concurso para efetivação dos celetistas, o vale transporte, auxílio alimen-

tação, auxílio creche para os funcionários celetistas.

13. Sabedores que para ter um Poder Legislativo forte e independente é necessário que os seus Pares sejam honestos, fortes e independentes, e ao mesmo tempo um "Hércules" na luta em defesa de seu Estado e no bem social de seu povo e principalmente de seus funcionários, para que amanhã, possamos nos orgulhar e gritar ao bom som: "Esses são os homens que o Brasil necessita".

14. Sabedores da responsabilidade que nos cabe, no mais humilde dos cargos que ocupamos, reconhecendo a crise econômica e moral que passa o Estado e a Nação, somos contra a Greve, mas ao mesmo tempo, faremos um apelo a todos os Servidores do Estado e seus familiares, para que, no dia do seu pagamento retire todo o seu salário e poupança do BANESTADO com o descontentamento pelo Ato do Governador Álvaro Dias, pelo congelamento da URP.

15. Esta Associação "ASALEP" não tem vínculo político e partidário, estamos lutando pela dignidade e sobrevivência dos funcionários.

(a) MANOEL AGUIAR FILHO

Presidente

JOSE OLÍMPIO S.M. MACEDO

Tesoureiro

(termina de ler).

Esta é a nota que nós, Parlamentares, recebemos hoje ao adentrarmos a este Plenário, e que principalmente a Bancada do PDT não poderia ficar calada ante este reclamo, ante esta situação aflitiva pela qual passam principalmente os funcionários desta Casa, aqueles que nós necessitamos para que esta Casa não pare. Por isso, a solidariedade da nossa BANCADA.

O Sr. Valderi Mendes Vilela - Vossa Excelência me concede um aparte?  
(Assentimento)

O SR. VALDERI MENDES VILELA - Nobre Deputado Algaci Túlio, nós queríamos cumprimentar, inicialmente, Vossa Excelência por trazer a esta Casa de Leis, aos representantes do povo o tão grave problema que atravessa hoje o servidor público estadual e, enfim, o trabalhador brasileiro.

Nós temos acompanhado, Deputado, há poucos dias, nós que fazemos parte do Conselho Diretor da Fundação Faculdade de Agronomia Luiz Meneguel de Bandeirantes, sabemos, e acompanhamos os custos das mensalidades escolares, das escolas particulares, que é um dos reclamos do servidor público estadual.

Mas, nobre Deputado e demais Deputados, a situação hoje das escolas particulares se tornou totalmente insustentável

porque os donos de escolas, os donos de faculdades, procuram hoje de uma forma desvirtuar os acréscimos que nem sequer são obedecidos o que ganham os professores, os funcionários em relação à URP. Vossa Excelência sabe muito bem que no ano passado houve acréscimos em torno de 1000, 1200%, e os salários não acompanharam nem um terço disso. Por isso, damos muita razão aos servidores públicos estaduais que também têm o direito de ter os seus filhos em escolas particulares sabemos que as escolas públicas, além de lotadas, não oferecem a qualidade de ensino que oferece uma escola particular. Pela crise que o Brasil vive hoje, notória por todos - como costumamos repetir sempre -, que este Governo conseguiu jogar o País na sua maior crise econômica e também política desde o seu descobrimento, fez com que haja uma disparidade muito grande na escola pública e na escola particular. Reclamam bem com razão, porque todos devem ter direito às regalias de uma escola particular, principalmente aquele que trabalha, que tem a sua formação familiar dentro dessas escolas. Por outro lado, nobre Deputado, Vossa Excelência citou muito bem a respeito dos encargos, dos aumentos da arrecadação, a conversa de se fazer empréstimos para pagar a URP aos funcionários. O nosso entendimento é que deverá haver uma redução dos gastos governamentais para se pagar a URP em dia em favor do trabalhador que já vem sofrendo desde o Plano Bresser um arrocho salarial jamais implantado neste País. Por isso, eu parabeno Vossa Excelência que traz a esta Casa, a este Parlamento a denúncia feita pela Associação dos Funcionários Públicos do Estado do Paraná.

Muito obrigado, nobre Deputado.

O SR. ALGACI TÚLIO - Para complementar, Senhor Presidente e Senhores Deputados, gostaria neste momento de convidar os integrantes da Comissão de Educação desta Casa para tratarmos de um assunto muito sério que é a mensalidade, os custos escolares.

No último sábado a Associação de Defesa ao Consumidor do Paraná a ADOC, reuniu-se com os pais e eu tive a satisfação de representar esta Casa, naquele evento, de onde tivemos a estruturação do movimento, movimento de pais e alunos das escolas do Paraná, cujo movimento solicita à Comissão Executiva desta Casa e à Comissão de Educação, e eu assumi o compromisso com esta Comissão na próxima quinta-feira às 18 horas, no Plenarinho desta Casa convidando, evidentemente, as autoridades responsáveis pela educação neste Estado - que se farão presentes ao debate, para atirar uma posição a respeito da situação angustiante

das mensalidades escolares neste momento. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Aníbal Khury) Concedo a palavra à representação do PL. Com a palavra o Deputado Ezequias Losso.

O SR. EZEQUIAS LOSSO - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados. "O Paraná, até alguns anos atrás, esteve em situação privilegiada em termos de extensão rural. Era uma verdadeira escola para o país, pois aqui recebíamos, constantemente, equipes técnicas de outros Estados que buscavam as experiências realizadas pela então ACARPA - empresa integrante do Sistema Estadual de Agricultura.

Lembro-me de uma pesquisa de opinião realizada em 1979, que dava à ACARPA uma posição privilegiada de ser o órgão público que gozava do melhor conceito entre os agricultores e lideranças rurais. Era o resultado de 25 anos de trabalho árduo de assistência à família rural. E a ACARPA não precisava de favores, pois sempre as dotações e recursos, tanto do Estado como do Governo Federal, eram um investimento seguro, pois se sabia que a cada cruzeiro investido o retorno era certo: sob a forma de aumento da produção e produtividade, especialmente.

Isto, Senhores Deputados, porque a extensão rural era dirigida por extensionistas, por profissionais com vivência de campo e conhecedores da realidade rural que cumpriam fielmente as funções da empresa. Lamentavelmente, quebrando as próprias normas estatutárias, em 1983, o cargo de Secretário Executivo da ACARPA passou a obedecer o mando político e uma série de atitudes políticas de perseguição e revanchismo, alijou da extensão rural técnicos altamente competentes. Ressalto que na época o partido de oposição, ao qual eu era integrado, denunciou tal fato. Lamentavelmente porém, nenhum movimento organizado surgiu em defesa dos que foram vítimas de revanchismo. Houve denúncias entretanto, não tínhamos aqui neste Plenário o campo de batalha que hoje temos, até porque a maioria governista apoiava aquelas decisões.

Observo hoje, por ironia do destino, que os que mais estão revoltados e tentam tumultuar ainda mais a ACARPA, hoje EMATER, são os mesmos que no passado recente, amparados pela linha de ação do então Secretário de Estado da Agricultura e da própria diretoria da ACARPA, perseguiram, demitiram, transferiram e rebaixaram outros profissionais.

Falta a eles a compreensão e o avivamento da memória.

Senhor Presidente, Senhores Deputados,

apesar dos problemas administrativos e políticos que vêm provocando a nova linha de ação adotada na ACARPA, a mesma vem tranquilizar aqueles que, como eu, acreditam na extensão rural como propulsora do desenvolvimento camponês. Esta representação do Partido Liberal, na sua independente linha de ação crítica às medidas incorretas, e de apoio às que são convenientes à boa ordem, julgo oportuno manifestar solidariedade ao Secretário de Estado da Agricultura, Osmar Dias que, numa sábia decisão, fez a extensão rural retornar aos seus verdadeiros caminhos. O novo Presidente EMATER-PR, agrônomo José Fernandes Jardim Junior é extensionista que, na Região Norte do Estado, realizou excelente trabalho técnico durante cerca de 10 anos. Era e é certamente uma das pessoas mais capacitadas para exercer o cargo.

Tenho esperança de que, assim, a extensão rural volte aos seus tempos de racionalidade, sem se desviar para o atendimento de públicos que não lhe compete.

Sabidamente é o produtor rural, especialmente o pequeno, o público da EMATER, e é este que precisa ser apoiado. Os demais públicos possuem as entidades que o apóiam.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Consulto a Liderança do PDS se fará uso da palavra.

Havendo declinado, consulto a Liderança do PTB que também declina.

E consulto a Liderança do Partido da Frente Liberal.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Basílio Zanusso.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.

A Bancada do Partido da Frente Liberal, não podia deixar de registrar com satisfação e cumprimentar a Assembleia Nacional Constituinte por ter aprovado, com uma grande maioria de votos, a Emenda do Deputado Aírton Cordeiro, do nosso Partido, e que empresta, na Assembleia Constituinte, o brilho da inteligência e da vocação de homem público. A Emenda por ele apresentada e aprovada, procura regular os recursos do Estado e do Município, e também da União, aplicados na publicidade do serviço público. Isto é, quer limitar o poder, a autoridade daqueles que exercem os cargos executivos dessa propaganda que se faz em todo o Brasil e, parece-me, que já não há exceções. São todos os Governadores, ou quase todos os Governadores, que buscam o exemplo no Governo da União e que a cada instante se vêem anúncios de publicidade feitos pela União, pelos Estados. O Estado fazendo propaganda do Governo, do

Governador, e de outros Estados à procura, não da divulgação necessária de seus atos e do Governo, mas unicamente da promoção pessoal de quem exerce o cargo.

Por isto queremos cumprimentar Aírton Cordeiro, da maior valia porque limita não só limita, chega a responsabilizar aquele que assim não procede. Não se pode mais permitir que neste País, onde não se pode mais pagar sequer os reajustes legais aos funcionários públicos por falta de caixa, estão aí os Estados, os Municípios, a União, a dispendem milhões de cruzados na promoção pessoal de seus Governantes. E no maior Estado do País é tão grande o volume destas somas que os jornais publicam as despesas do Sr. Governador Orestes Quêrcia em dólares, não mais em cruzados, tamanho o volume da publicidade que se faz com o dinheiro público.

Por isto queremos registrar a nossa satisfação pela vitória do Deputado Aírton Cordeiro que soube muito bem representar o pensamento da Nação brasileira.

Também não poderia deixar de fazer rápidas considerações sobre o discurso do ilustre Deputado Algaci Túlio que fundamentou, num documento distribuído pela ASALEP, Associação, dos Servidores da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, com relação ao não pagamento anunciado pelo Governo da URP. No documento do Deputado Algaci Túlio, depois de solidarizar-se com seus funcionários pela justiça da reivindicação, faz alusão também a outras despesas feitas pelo Governo do Estado, desnecessárias e que poderiam ser contidas, restringidas; poderiam muito bem sobrar recursos para o atendimento do funcionalismo público. Aliás, sobre isto considero da maior gravidade para o Paraná a notícia que veiculou nos vários órgãos de imprensa do Estado, da falta de mais de 50 mil vagas na rede escolar pública para o 1º e 2º graus de ensino.

Como pode um Estado, como o Paraná, no início do ano letivo e somente aí, em março, é que o Governo do Estado se viu com a falta de lugares, a falta de vagas, para mais de 50 mil crianças no Estado do Paraná?

Assisti parte da entrevista que concedeu o Sr. Superintendente da FUNDEPAR no programa de maior audiência deste Estado, "Bom Dia Paraná". O Sr. Superintendente em nenhum instante desmentiu a notícia. Ele não contestou os números, "não sei se 50 mil vagas, ou 45, ou 40..." Qualquer número destes é exageradamente grande para que se verifique quase em março que não há carteiras, que não espaço físico, que não há construções. Conseqüentemente, não há professor para atender a estas milhares de crianças infelizes, que por um motivo ou outro não encontraram, por parte do Gover-

no do Estado, o que é de mais sagrado, um lugar na escola de 1º grau.

Também aí é que nós voltamos à Emenda do Deputado Airton Cordeiro. Vejam só, quanto dinheiro se joga pelas janelas, se esbanja em publicidade, e tantas outras coisas desnecessárias. E não se tem, no início do ano letivo, quarenta, cinquenta ou trinta mil vagas, que sejam. E essas crianças terão que ficar seis meses ou um ano à espera da oportunidade de educação, que é obrigação constitucional primeira do Estado, para o filho do brasileiro.

Dai, Senhor Presidente e Senhores Deputados, nós também, a exemplo dos servidores que se manifestaram, através deste documento da ASALEP, somos contrários à existência de funcionários que são dispensáveis ao serviço público. Eu tenho me manifestado aqui, sobre a minha preocupação e a do meu Partido, quanto à elevação constante da folha de pagamento do pessoal, não só no Estado, mas também nas Prefeituras. E nos assusta ainda mais que a própria União, agora, se preocupa e chega através de alguns Ministérios dizer que não é possível pagar o reajuste legal da URP ao funcionário federal por falta de caixa. Imaginem nos Estados e nas Prefeituras, que não têm competência para emissão de moeda, o que se faz e se continua fazendo é criar cargos de confiança, é a contratação irresponsável de dia a dia e de anos a anos. Não tem país, não tem Estado, não tem Município que resista a esta irresponsabilidade administrativa.

E eu me detenho, aqui, à folha de pagamento de pessoal, porque ela onera constantemente, e futuramente, a economia do poder público. É preciso que a Assembleia Constituinte, agora, limite, que ela estabeleça diretrizes para a admissão de servidor público, apenas através de concurso público. As promoções devem ser reguladas e as admissões...

(Assume a presidência o Sr. Deputado Erondy Silvério).

O SR. PRESIDENTE - (Erondy Silvério) O horário de V. Exa. encontra-se esgotado. Aliás, já ultrapassou e eu concedi a V. Exa. o tempo necessário para terminar.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Muito obrigado. É que as contratações pelo regime CLT, que se dão nos Estados e nos Municípios, continuam da maneira mais irresponsável do mundo.

Como é que um Estado como o Paraná chega a equilibrar a receita do ICM com o pagamento da folha de funcionários? E as Prefeituras Municipais, na mesma situação, quase todas elas. Mas, existe uma lei que proíbe o Senhor Prefeito de contratar ou o

Senhor Governador do Estado, ou os órgãos do Governo, já não digo o Senhor Governador do Estado, a contratar pela CLT?

Não. Porque até pelo contrário, nós sabemos das milhares de contratações feitas no período pré-eleitoral de 1985, nas eleições das Prefeituras das capitais. E os Prefeitos, então, nomearam milhares: trinta mil, quarenta mil, vinte mil funcionários. Desnecessariamente. Tiveram um castigo: ganharam as eleições. Muito obrigado. Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Erondy Silvério) No horário destinado ao Partido dos Trabalhadores, concedo a palavra ao nobre Deputado Pedro Tonelli.

O SR. PEDRO TONELLI - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, demais presentes.

Mais uma vez a culpa pela crise econômica é lançada nas costas dos trabalhadores. Desta vez, o Governo Federal e também o Governo do Paraná falam em extinguir a URP em mais uma atitude de arrocho salarial em cima dos servidores públicos.

O Governador Álvaro Dias anuncia a vinculação do pagamento da URP à arrecadação do Estado e com isso, deixa os servidores amarrados aos sucessos e aos fracassos da sua administração.

No momento em que a inflação mensal chega perto de 20%, qualquer tentativa de impedir que os servidores e o conjunto dos trabalhadores recebam reajustes que compensem suas perdas salariais, não passam de um golpe, aplicado por governantes que costumam ser muito prestativos com os setores empresariais.

Vincular o pagamento da URP à arrecadação do Estado é uma farsa. A arrecadação depende da vontade política do Governo em fazer com que as grandes empresas paguem em dia os seus impostos, cumpram com suas obrigações, mas esta vontade não existe. Se existisse, a receita estadual logo subiria e a situação financeira não seria tão dramática.

A prova de que o Governo Estadual só tem disposição para arrochar os servidores, mas não para pressionar os empresários...

(Reassume a Presidência o Sr. Deputado Anibal Khury).

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) A Mesa pede licença ao orador, para anunciar a presença do Cônsul Geral de Israel, Tzvi Shazan.

Suspendo a sessão por 5 minutos.

(Esta suspensão a sessão).

Está reaberta a Sessão.

O Senhor Deputado Pedro Tonelli. Líder da Bancada do P.T., continua com a pala-

vra.

O SR. PEDRO TONELLI - Obrigado, Senhor Presidente. Como eu vinha afirmando anteriormente, podemos constatar que a prova de que o Governo Estadual só tem disposição para arrochar os servidores, mas não para arrochar, digo, pressionar os empresários, está no seu próprio Diário Oficial, que só neste ano, tem 22 publicações, de dilatação de prazo de pagamento do ICM para as empresas, certamente, dos "amigos da Corte". O Governo do Estado não fala em reduzir gastos com publicidade. Então desse jeito, é lógico que não tem dinheiro para pagar os servidores públicos.

Desta forma, quando é que o Estado terá dinheiro para pagar a URP? A resposta é óbvia. Nunca. Nunca terá esse dinheiro, pois as dificuldades financeiras do Estado são apenas um pretexto, enquanto subsistir a vergonhosa complacência em relação aos empresários do Estado do Paraná. Primeiro foi o "gatilho" Senhor Presidente, Senhores Deputados, assim que a inflação começou a subir, acabaram com o gatilho salarial que havia sido decretado para acabar com a perda do poder aquisitivo dos salários. Agora, a URP. A inflação sobe de novo e o Governo Federal e os Governos Estaduais decidem extinguir ou vincular as suas arrecadações que eles não fazem cumprir.

Mas não se sabe de casos concretos, de ações do Governo contra os empresários que, segundo informações do próprio Governo, quase 60% da arrecadação de ICM deste Estado, deixa de ser arrecadado aos cofres públicos. O Governo continua mantendo o subsídio do trigo, continua mantendo o subsídio para a falida indústria naval os escândalos financeiros chocam a opinião pública, mas o Governo pouca importância dá para isso. As obras inúteis prosseguem, apesar das fraudes comprovadas, como é o caso da vergonhosa Ferrovia Norte-Sul, e no fim somente os trabalhadores é que são penalizados.

Tanto o Governo Federal, como o Governo Estadual, procuram mostrar de uma forma insidiosa, desonesta, que a responsabilidade pela crise econômica, cabe aos salários.

Isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados, é uma mentira deslavada, é uma forma de mascarar a realidade. A responsabilidade pela crise, é dos Governos. Só para dar conta do déficit público de março, o Governo Federal, deve emitir 4,6 bilhões de cruzados. Deste total, apenas 300 milhões são da parte referente ao pagamento integral da URP ao funcionalismo federal, ou seja, apenas 6,5%.

Estes dados mostram que, são uma de-

monstração cabal da mentira que o Governo prega, quando diz que não é dinheiro para pagar o funcionalismo. E os outros 93% de onde vêm? Não é difícil responder, de acordo com o analista econômico Joelmir Beting, que diz: "Empresas Estatais desativadas desaparecem do mapa da produção, mas não do caixa da despesa." Caso gritante do BNH, um caso repelente da ECEX, que ainda hoje emprega 1242 engenheiros na construção da Ponte Rio-Niterói.

É isso aí, Ponte Rio-Niterói. É nisso, nas Ferrovias Norte-Sul, no não pagamento do ICM, na destinação das verbas para socorrer empresas falidas, na corrupção administrativa, que consiste o déficit público. Evidentemente, os trabalhadores ameaçados, não vão ficar de braços cruzados. Sábado próximo em Brasília, representantes de 45 federações de servidores públicos de todos os Estados aprovaram o indicativo de greve nacional, caso o Governo decida extinguir a URP, Funcionários do Banco Central, fazem Assembléias esta semana e podem tomar a mesma decisão.

A Associação Paranaense dos Professores, também em reunião realizada no sábado próximo-passado, decidiu lançar um movimento contra a alteração da correção salarial. O Governador Álvaro Dias vai aos jornais e à televisão, pedir aos Professores e demais servidores que não façam greve. É uma pretensão não só infundada, mas descabida, frente a esse novo golpe que se prepara contra os seus salários e que outro caminho resta para os servidores, é parar para ver como é que fica.

Muito obrigado, senhor Presidente, muito obrigado Senhores e Senhoras Deputadas.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Consulto a Liderança do PMDB, se fará uso da palavra.

Com a palavra o nobre Deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Senhor Presidente, Senhores Parlamentares.

Ocupo a tribuna pela vez primeira após o recesso parlamentar, neste ano de 1988, e não poderia como preâmbulo, deste pronunciamento, deixar de concitar os companheiros desta Casa, para que viessemos a desarmar os nossos espíritos e por ser um ano de Constituinte, procurarmos em conjunto as melhores condições na adaptação da Constituição Estadual, na certeza de que, estaremos fazendo uma Constituição para o Paraná e não para um partido político. Os embates desta Casa, na hora em que se procura combater a valorização do Legislativo, a demonstração de firmeza dos Parlamentares nas suas convicções e na busca de soluções para os problemas que afligem o

Assim, os Estados e municípios deve ser medida pelo verdadeiro trabalho que venha a se fazer na solução dos graves problemas por que nós passamos no presente momento.

Há uma mensagem que entra na Casa no dia de hoje, fazendo com que haja uma modificação no critério de pagamento do servidor público.

Não quero aqui, Senhor Presidente e Senhores Parlamentares, tomar a defesa da desvinculação da URP, nem acusar. O momento não é oportuno para isso. A mensagem está entrando na Casa. Muitos e muitos que já fizeram pronunciamento sobre o assunto mas, nem sequer leram-na até agora.

O que nós precisamos é buscar a solução para o problema do servidor público no que compete ao Governo do Estado. Nós temos que ter noção de números. A Assembleia não pode continuar fazendo colocações desvirtuadas do verdadeiro sentido da busca de solução que se procura encontrar para que o Estado mantenha condições de poder continuar pagando a folha do seu servidor.

Vê-se aqui colocações que falam de obras faraônicas; vê-se aqui colocações que falam sobre o pagamento para a imprensa do Governo que nada tem a ver com a análise que está sendo feita com o problema crucial do Governo do Estado do Paraná e de outros Governos que é uma arrecadação inferior ao limite da folha de pagamento do servidor. E isso é um dado concreto para ser encontrado. O Estado do Paraná. Senhores Parlamentares e Senhor Presidente, no mês de janeiro e fevereiro teve uma arrecadação de 10 milhões e pouco e teve um consumo de folha de pagamento maior do que essa. E isso nada tem a ver com obra e nada tem a ver com publicidade. São números claros. A folha extrapola o limite da arrecadação. Para o mês de março, o Estado do Paraná tem uma projeção de arrecadação de 6 bilhões de cruzados e tem uma folha de pagamento que extrapola sete.

Isso são dados concretos do que se arrecada e o que se paga. E nós temos que encontrar uma solução para isso.

Estudando nas Comissões e talvez apresentando emendas ou fazendo reuniões para encontrar solução. O servidor público do Paraná não quer apenas o discurso na tribuna. Quer que, na verdade, venhamos encontrar soluções para este problema que está a estrangular a possibilidade de arrecadação do nosso Estado e também dos municípios.

É perverso o sistema financeiro nacional?

E. E é concentrador o sistema de arrecadação nacional? Também é.

Agora, nós não podemos ficar na tribuna cobrando obras, escolas, estradas, saúde, telefonia e tantas outras coisas se não tivermos a dimensão daquilo que o Es-

tado pode.

Nós temos que ter uma opção e eu sugiro, talvez, que para início de discussão para que possamos levar em frente isso e, que tal, fazermos uma aproximação salarial? Ao invés de falarmos no geral do funcionário público quantas e quantas vezes ouvi falar em marajá. Por que não limitar um teto de pagamento de URP até determinado salário e da não vinculação da URP desse salário para a frente, como uma medida social de aproximação salarial, nessa Nação? É uma proposta, a ser debatida, mas espero que esta Casa discuta esse assunto na tentativa de encontrar uma solução, porque há um dado concreto. no mês de março mais de um bilhão de cruzados é a diferença entre arrecadação e o pagamento.

Quero deixar um outro dado para avaliarmos, eu ouvi o Deputado Pedro Tonelli, falar sobre arrecadação, eu concordo com seu comentário sobre arrecadação, no entanto, quem procede a arrecadação do Estado, num trabalho apurado, para melhorar essa arrecadação é o fiscal, e o fiscal está embutido dentro do funcionário público.

Todos nós precisamos dar um pouco de nós, neste momento de dificuldade, porque o Estado do Paraná, Senhores Parlamentares, Senhor Presidente, não é propriedade do Senhor Álvaro Dias, não é propriedade do governador Álvaro Dias, o Estado do Paraná é propriedade dos paranaenses, e ser Governador não significa apenas e exclusivamente enviar Mensagens simpáticas à Assembleia Legislativa, não é esse o perfil que estamos procurando para o homem público brasileiro! Não é esse o perfil que o brasileiro escolhe para seu futuro Presidente da República, porque, por certo, o próximo Presidente da República que assumir esta Nação se quiser corresponder à expectativa popular, para melhorar as condições internas desta Nação, terá que tomar medidas amargas. E, medidas amargas têm que ser absorvidas com a consciência daqueles que querem encontrar um caminho. Apenas o discurso na contestação de tudo que se faz, não leva a nada!

Eu queria conclamar, com o devido respeito, ao nosso companheiro, ilustre Parlamentar, Algaci Túlio, que da tribuna da Assembleia, leu uma mensagem dos servidores públicos da Assembleia Legislativa, foi tornado público o que pensam os servidores! Espero contar com a participação do Parlamentar, na sequência, para que nós, efetivamente procuremos encontrar uma solução, que não penalize o nosso servidor, mas que também não permita que o Estado do Paraná tenha os seus cofres arrebatados pela falta de arrecadação em decorrência do pagamento da Folha de Pessoal.

Isso, Senhor Presidente, Senhores Par-



lamentares, como um preâmbulo desta discussão, que por certo haverá de tomar conta desta Assembleia, com alerta para galerias cheias, possivelmente tentando pressionar Parlamentares a votarem contra ou se calarem. Eu espero que cada um de nós tenha a dimensão exata do papel que representamos, nesta Casa, e com os números na mão, encontremos, não a solução para o Governador Álvaro Dias, mas a solução para o Estado do Paraná que precisa se adaptar à realidade econômica porque passa a Napão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a Hora do Expediente.  
Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, requerimento de autoria dos Senhores Deputados Erondy Silvério, Basílio Zanusso, Algaci Túlio e Caíto Quintana, na qualidade de Líderes do PTB, PFL, PDT e PMDB, constante do expediente, solicitando a prorrogação por 30 dias, dos trabalhos das Comissões Técnicas da Casa. **Aprovado.** Está anotado, e a partir de amanhã, contar-se-ão os 30 dias das Comissões.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Ezequias Lasso, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei Complementar n° 167/85, de autoria do Deputado Anibal Khury, que acresce o § 3º ao Art. 171, da Lei n° 6.174, de 16/11/70, conforme especifica. (O mês de referência que servirá para base de cálculo dos acréscimos referidos neste artigo e no precedente corresponderá aquele imediatamente anterior ao que ocorrer a implantação do pagamento). Com **PARECERES FAVORÁVEIS** da C.C.J., C.F. e C.R.H., por unanimidade. **EM REGIME DE URGÊNCIA.**

Sobre o referido Projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando o adiamento da discussão e votação do Projeto de Lei Complementar n° 167/85, por vinte sessões. **Aprovado.** Fica portanto, adiado por 20 sessões, o Projeto de Lei Complementar n° 167/85.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n°

366/87, de autoria do Deputado DOMINGOS SCARPELLINI, que ratifica os marcos implantados pelo ITCF nas nascentes do Rio Saci e Itambé, bem como a linha reta que liga os dois marcos, na divisa entre Apucarana e Arapongas, conforme especifica. Com **PARECERES FAVORÁVEIS** da C.C.J. e C.T.I.C.R.A., por unanimidade.

Sobre o referido Projeto, **Emenda Modificativa Corretiva de Plenário** de autoria do Senhor Deputado Domingos Scarpellini, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

#### EMENDA MODIFICATIVA CORRETIVA DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI N° 366/87

Art. 1º - Ficam ratificados os marcos implantados pelo ITCF, nas nascentes do rio Saci e Itambé, bem como a linha reta que liga os dois marcos, na divisa entre Apucarana e Arapongas.

Parágrafo Único - O Rio Saci passa a denominar-se Rio Xaxim.

Art. 2º - A regularização dos imóveis deverão ser providenciadas num prazo de 60 dias, pelos proprietários junto aos respectivos Registros de Imóveis.

Parágrafo Único - As despesas de Transferência e Registro correrão por conta da Prefeitura Municipal de Apucarana.

Art. 3º - As Empresas que sofrerem alterações de localização, decorrentes da presente Lei, terão um prazo de 60 dias para regularizarem sua situação.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14.03.88.

(a) DOMINGOS SCARPELLINI

Apoio: Erondy Silvério, Valderi Mendes Vilela, Pedro Tonelli e José Rogério Carvalho.

O SR. PEDRO TONELLI (Pela Ordem) - Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Tem a palavra pela ordem.

O SR. PEDRO TONELLI - Eu não entendi nada do que foi lido e gostaria, se possível, que fosse lido pausadamente para a gente ver o que foi lido. Eu não entendi nada.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vossa Excelência, não ouviu porque não quis.

O SR. PEDRO TONELLI (Pela Ordem) - Senhor Presidente. Eu solicito a leitura da Mensagem que foi lida anteriormente, porque eu não entendi.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Isto é projeto que está na Ordem do Dia e Vossa Excelência está com a Ordem do Dia

na mão.

A SRA. IRONDI PUGLIESI (Pela Ordem) - Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Tem a palavra pela ordem.

A SRA. IRONDI PUGLIESI - Eu estou arguindo pela ordem, porque realmente nós daqui não estamos entendendo nenhuma palavra de Sua Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vossa Excelência me desculpe.

A SRA. IRONDI PUGLIESI - Eu já reclamei que a microfonia está muito ruim e que nós não estamos entendendo.

Já entrou em discussão o item 2, Senhor Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O item 2. foi aprovado. Sobre o projeto há uma emenda que vai ser lida pela Senhora 1.<sup>a</sup> Secretária.

A SRA. 1.<sup>a</sup> SECRETÁRIA - Lê a emenda.

O SR. PEDRO TONELLI (Pela Ordem) - Senhor Presidente. Agradeço o atendimento pela boa leitura.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Os agradecimentos devem ser dirigidos à Senhora 1.<sup>a</sup> Secretária.

A SRA. IRONDI PUGLIESI - Para discutir, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra para encaminhar a votação.

A SRA. IRONDI PUGLIESI - Senhor Presidente, eu gostaria de fazer uma colocação aqui da seguinte ordem: que, segundo consta este projeto é inconstitucional. Primeiro, porque o ITCF, apesar de ser um órgão técnico, não tem suficiente gabarito para poder dirimir conflitos de divisas entre territórios e municípios. Porque segundo o próprio ITCF, ele não detém nenhuma atribuição legal, normativa ou fiscalizatória na solução de pendências e conflitos em divisas entre territórios municipais.

Isto já como discussão entre ITCF com os Prefeitos de Apucarana e Arapongas. É uma alegação do próprio ITCF, dizendo também, que a solução de pendência desta natureza, quando não se desagua num acordo entre as partes, converge obrigatoriamente para linha litigiosa, e neste caso, deve se seguir o rito processual da Lei Orgânica dos Municípios, conforme requisitos e

providências relacionadas no capítulo III da Lei Complementar n. 27, de 08 de janeiro de 1986.

Então a arguição sobre a inconstitucionalidade vem aí. Porque segundo a Constituição, essa transferência de área de um território para outro município, depende da aprovação das Câmaras dos Municípios que sofreram a diminuição de seus territórios e de realização de prévio plebiscito. Eu estou de posse aqui da Lei Orgânica dos Municípios, que diz o seguinte no seu artigo 9º: A transferência de área territorial de um para outro Município, depende de lei Estadual após a comprovação dos requisitos e observâncias das formalidades estabelecidas nesse capítulo. No seu artigo 11, diz o seguinte: "A transferência de área de que trata o artigo 9º, dependerá sempre de aprovação das Câmaras dos Municípios, que sofreram a diminuição de seus territórios, através de resolução aprovada, no mínimo pela maioria absoluta de seus membros".

Artigo 12: "Instituído o processo, a Assembleia Legislativa deliberará sobre a realização do plebiscito de consulta à população residente na área". Então, a partir da aprovação do projeto e do sobre dito que nós já levantamos, importa em transferência de área do Município de Arapongas para Apucarana, e nós temos como prova, os impostos e as taxas Municipais de estabelecimentos e imóveis situados na área que passará a pertencer a Apucarana, que hoje são recolhidos em Arapongas. São dados colhidos no registro imobiliário, até hoje esses imóveis vêm sendo registrados lá; estou aqui de posse de vários documentos desses lotes registrados em Arapongas de longa data. E também que esta é uma realidade histórico-social, prevalente entre esses dois Municípios. Fazem 33 anos que meu pai trabalha na Prefeitura Municipal de Arapongas, e desde quando eu era menina, e meu pai era Secretário da Prefeitura Municipal, esta divisa a qual nós estamos questionando agora, que nós de Arapongas dizemos que esta é a divisa, e que o Município de Apucarana questiona como território seu.

E se durante todos esses anos, esses imóveis recolhem os seus impostos e estão registrados no registro de imóveis de Arapongas, se passado para o Município de Apucarana, terá que ser feito a transferência de território e assim deverá haver o plebiscito, porque nós ainda temos, além dessa inobservância da Lei Complementar n. 27 de 1986, a inobservância desse requisito. Primeiro que a ofensa do princípio constitucional da autonomia do Município da Constituição Federal no artigo 15, no inciso 2º, e a inconstitucionalidade desse Projeto de Lei, então, está em cima disso,

porque deverá haver o plebiscito prévio, e depois ainda a aprovação das Câmaras Municipais. Então eu questiono a inconstitucionalidade desse projeto, porque conforme eu já li, a Lei Orgânica dos Municípios e a Constituição Federal argumentam que há necessidade de plebiscito e da votação pelas Câmaras Municipais.

Então, eu quero dizer que o meu voto é contra e conclamo os meus colegas a fazerem essa análise dessa inconstitucionalidade, porque o que fica, é o seguinte: A partir do momento em que se vota uma questão dessa, de divisa de territórios, desta forma sem nem mesmo as medidas legais, as medidas geodésicas feitas pelo próprio ITCF, para que se fixe definitivamente esse limite, nós não podemos abrir esse precedente aqui na Assembleia Legislativa, porque a partir de então, qualquer divisa não vai seguir o que a lei determina: Quer queiramos ou não, a lei é que determina a sequência que nós teremos que seguir, e eu questiono a inconstitucionalidade por isso, não podemos abrir um precedente, porque nós não temos em mãos este plebiscito, esta consulta prévia. Então eu gostaria de que esse projeto pudesse voltar para a CCJ, para ser analisada essa inconstitucionalidade. Quero fazer esse requerimento agora.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Continua em votação.

O SR. DOMINGOS SCARPELLINI - (Para encaminhar) Senhor Presidente, ilustres Senhores Deputados, esta, realmente, é uma matéria muito simples, de fácil entendimento, porque ela trata apenas do bom senso, ela trata apenas de se fazer valer nesta Casa de Leis. É sob o império da lei que nós estamos apoiando nosso Projeto. Quando nós trouxemos esse Projeto nesta Casa para dirimir as dúvidas existentes nós sabíamos perfeitamente que a matéria seria inconstitucional se ele alterasse as divisas do município de Apucarana com Arapongas, mas o nosso Projeto diz que a linha reta é o ponto mais curto, que é a distância mais curta entre dois pontos, porque a linha reta que querem entender os dirigentes de Arapongas tem cinco curvas, e nós não podemos entender qual a Lei que linha reta possa ter mais do que uma, duas, três ou quatro curvas.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, como é que se pode estabelecer um plebiscito em cima de uma área que não tem população suficiente para votar, pois é apenas uma área de terra que sendo uma fazenda o proprietário foi agrupando aos lotes, cujo lote originário era de Arapongas, os lotes que pertenciam ao Município de Apucarana, e então ele transforma a sua fazenda como

pertencente ao Município de Arapongas, e aí a zona rural de Arapongas vai se encaixar dentro do perímetro urbano da cidade de Apucarana. Não diz respeito flagrante às Leis que criaram os dois municípios. A de Apucarana em 1943 deixa bem claro que a divisa entre os Municípios sai da nascente do Rio Xaxim e vai à nascente do Rio Itambé. Veio 1953 e se cria o Município de Arapongas e se confirma que a divisa é aquela estabelecida na Lei anterior, entre um Rio e outro uma linha reta.

Como se isso tudo não bastasse em 1978 vai o ITCF para dirimir, para sanar e para colocar os marcos nos seus devidos lugares e encontra as nascentes, e diz que entre uma nascente e outra sai uma linha reta. É esta linha reta que nós, através do nosso Projeto, queremos dizer que é a divisa, porque as Leis anteriores que criam os dois municípios dizem que é ali. Ora, inconstitucional, ilegal, é o que está fazendo Arapongas, porque um fazendeiro vai agrupando as terras em um lote que anteriormente pertencia à Arapongas. E o cartório de registro de imóveis indevidamente vai registrando. Deve ser o interesse cartorial, sabe Deus. E então fica o Município de Apucarana dentro do seu perímetro urbano com uma área de terra rural supostamente pertencente ao Município de Arapongas.

Falar que o Projeto é inconstitucional! Seria inconstitucional manter a sua proposta porque ela, sim, altera divisas, a sua vontade altera as divisas ilustre Deputada Ironidi Pugliesi, a sua vontade muda o curso da história, a nossa não. A nossa mantém as divisas onde as Leis anteriores disseram que era, e é lá neste lugar, no Município de Apucarana, que nasceu José Carlos Ribeiro Pedroso jornalista da TV Globo que está presente nesta sessão, e que hoje depois do ano de 1960 passou a ser Arapongas. O Senhor José Carlos Ribeiro Pedroso que aqui está, jornalista da televisão se tivesse nascido agora estaria nascendo no território que diz pertencer à Arapongas, mas que sempre pertenceu à Apucarana. Está ali o jornalista que nasceu neste território, para dar qualquer informação complementar, que possa vir a esclarecer a esta Casa, a este Plenário, aos Senhores Deputados; o que no entanto ocorre, Senhor Presidente, e Senhores Deputados, e nós temos que dizer aqui. É que esta é uma das poucas áreas de expansão industrial que o Município de Apucarana tem, para poder expandir a sua indústria no Norte do Paraná.

E no entanto, Arapongas e os próprios proprietários têm interesse em manter esta situação assim, para que as indústrias não venham a ocupar a margem daquela BR que hoje está lá praticamente abandonada, em

função deste litígio. Nós estamos aqui, apenas para dizer, que a Lei que esta Casa votou em 1950, que a Lei de 1943 tem que ser respeitada, por que senão, qual a razão deste Parlamento estar aberto? O que nós queremos é apenas a ratificação, nós não estamos querendo fazer nenhum tipo de alteração da Legislação anterior...

Se nós estivéssemos querendo fazer alguma alteração, aí, sim, dependeria do plebiscito, e dependeria de consultar as Câmaras Municipais dos respectivos Municípios. Aqui nós estamos apenas querendo confirmar, apenas querendo dizer que a Lei deve valer e que a Lei existe.

Este nosso Projeto ratifica uma Lei anterior, aliás, duas Leis anteriores, uma Lei de 1943 e outra de 1951.

Portanto, Senhores Deputados, eu espero que essas divisas não venham nos dividir aqui no Plenário; que elas sirvam para nos unir, que elas sirvam para mostrar que as Leis devem ser respeitadas, e para que não venham dizer que vai criar problema para os proprietários gerando despesas, gerando incômodos financeiros, a Prefeitura Municipal de Apucarana se encarrega de pagar todas as despesas oriundas da aprovação desta Lei e em decorrência da sua aplicação.

Portanto, Senhor Presidente, Senhores Deputados nós que condenamos veementemente; eu que vejo ilustres Deputados progressistas, que condenam a briga de divisas, entre os palestinos e os judeus, lá em Israel, eu que vi alguns proferindo palestras sobre as questões de divisa de Brasil Bolívia, de Brasil e Argentina, eu que vi nesta Casa o Deputado Waldir Pugliesi defender a soberania das Malvinas para a Argentina, eu que vi neste Parlamento sendo votado, voto de apoio às Ilhas Malvinas, para que fosse ligado ao território argentino, porque ali é a sua ligação histórica e física; não entendo como algumas das pessoas que defendem o lógico, o óbvio possam vir agora defender que dentro do perímetro urbano de Apucarana, tenha encravado uma parte de zona rural do Município de Arapongas.

E, contrariando a Lei, porque se a Lei anterior que cria os Municípios de Apucarana e Arapongas, assim determinasse, nós iríamos acatar e fazer cumprir mas, a Lei diz totalmente ao contrário. Eu espero que esta Assembleia Legislativa entenda que uma linha reta é o ponto mais curto entre as distâncias.

Senhor Presidente, nós não podemos entender, realmente, como é que se fala que uma matéria é inconstitucional, quando ela não altera a Lei, quando ela apenas fala que a Lei deve ser cumprida.

Portanto, a linha reta continua sendo reta, e as curvas, curvas, e a Casa do Po-

vo é para se fazer Leis, e para se cumprir Leis: ou então, as Assembleias, os Parlamentos e as Leis devem deixar de existir.

Muito obrigado.

O SR. ALGACI TÚLIO - Questão de ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Tem a palavra, por questão de ordem.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente.

Diante das dúvidas que se levantaram em Plenário a respeito desta área, se pertence a Arapongas ou Apucarana e pelo fato de que a maioria dos Senhores Parlamentares, que compõem as Comissões que deram os seus pareceres a este Projeto não se encontrem em Plenário neste momento, e nós, que não pertencemos às Comissões, não podemos correr o risco de cometer uma injustiça com Arapongas ou com Apucarana e além do que, levantando também o que o Deputado Domingos Scarpellini falou com relação ao jornalista Carlos Ribeiro Pedroso, está na mesma situação em que eu me encontro. Eu não sei se sou natural de Rio Branco do Sul ou Almirante. Porque quando nasci a área pertencia a Rio Branco do Sul, hoje pertence a Almirante Tamandaré. Diante desses fatos, dessas dúvidas, da falta de um plebiscito, da falta de um parecer, também, das Câmaras Municipais, eu solicitaria, em nome da Bancada do PDT a retirada desse processo de votação, que retornasse às devidas Comissões, com documentações, com mapas para que nós pudéssemos analisar com mais oportunidade, para evitarmos cometer uma injustiça com este ou com aquele Município.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Continua em votação. Encerrada a fase de discussão na votação, há sobre a mesa requerimento da Deputada Irondi Pugliesi que solicita a retirada do Projeto 366/87, bem como da Emenda. Também requerimento verbal do nobre Deputado Algaci Túlio. A Mesa informa que em fase de votação os Projetos não podem ser retirados da Ordem do Dia e fará constar este requerimento na sessão de amanhã, se for aprovado o Projeto na fase de discussão.

O Sr. Valderi Mendes Vilela - (Pela Ordem) Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Deputado Valderi Mendes Vilela, com a palavra pela ordem.

O Sr. Valderi Mendes Vilela - Senhor Presidente, eu gostaria de entender; os Projetos que estão na Ordem do Dia não po-

dem ser retirados da pauta?

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Quando na fase de discussão, pode. Na fase de votação, não pode.

A Sra. Irondi Pugliesi - Mesmo havendo uma Emenda ...

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Artigo 110 do Regimento Interno...

O Sr. Valderi Mendes Vilela - Pois é, Excelência, na Ordem do Dia consta em discussão.

A Sra. Irondi Pugliesi - ... mesmo havendo uma Emenda que não foi discutida...

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Mas foi encerrada a discussão e nós já votamos o Projeto e estamos na votação da Emenda, o requerimento é válido para a sessão de amanhã.

O Sr. Valderi Mendes Vilela - Tudo bem, Excelência, entendi agora.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Em votação a Emenda. Os Senhores Deputados que aprovam a Emenda do Deputado Domingos Scarpellini, permaneçam como estão.

O Sr. Valderi Mendes Vilela - (Pela Ordem) Eu gostaria de solicitar de Vossa Excelência a Emenda que vai ser votada neste momento...

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) É a Emenda. O Projeto já foi aprovado..

O Sr. Valderi Mendes Vilela - O Projeto já foi aprovado. Ah! tudo bem, é isso aí.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Em votação a Emenda. Os senhores Deputados que aprovam, permaneçam como estão. Aprovada.

O Sr. Algaci Túlio - Uma questão de ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) ... Aprovada.

O Sr. Algaci Túlio - ... Questão de ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) ... Aprovada a Emenda. Pela Ordem, concedo a palavra ao Senhor Deputado Algaci Túlio.

O Sr. Algaci Túlio - Eu desejo a verificação de quorum. Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) Verifica-

ção de quorum ou verificação de votação?

O Sr. Algaci Túlio - Verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) A Mesa defere e irá proceder a verificação ...

O Sr. Caíto Quintana - (Pela Ordem) Chamada Nominal.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Vai-se proceder à chamada nominal dos Senhores Deputados.

A Mesa comunica que em fase de votação os Senhores Deputados que se encontram em Plenário não podem se retirar, a menos que percam o jeton.

A Senhora Secretária procede à chamada nominal).

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) - Responderam a chamada 29 (vinte e nove) Senhores Deputados. Há "quorum" para votação.

A Mesa solicita aos Senhores Deputados que tomem assento em seus lugares, a fim de que não paire dúvidas sobre a votação. Os Senhores Deputados que aprovam a Emenda queiram conservar-se como estão. Aprovada. O Projeto irá a 3ª. Discussão sem prejuízo do requerimento de autoria da nobre Deputada Irondi Pugliesi e do Deputado Algaci Túlio.

O SR. PEDRO TONELLI - (Pela Ordem) Gostaria de registrar com prazer a visita nesta Casa, e se encontra nas galerias, da presidência da Cooperativa Agropecuária Capanema Ltda., que nós honra muito devido a ser uma das poucas cooperativas que ainda nós temos no Paraná que mantêm alguns programas em defesa dos pequenos produtores do sudoeste do Paraná.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) A Mesa solicita ao nobre Deputado, a fim de que conste nos Anais o nome do Senhor Presidente.

O SR. PEDRO TONELLI - Sebaldo Vaclavoski.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- Sobre a Mesa, requerimento de autoria do Senhor Deputado Basílio Zanusso, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Constantin Torres, ocorrido no dia 05 de março do corrente ano, na Cidade de Colorado. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

O SR. ANTÔNIO COSTENARO NETO - Pela Ordem

Eu gostaria também de registrar nesta Casa a presença do Prefeito de Marumbi, Prefeito do PFL, do meu Partido, que nos honra hoje visitando esta Casa e assinando convênio no Palácio Iguaçu, Ubirajara Gomes Fernandes.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- A Mesa registra com satisfação o nome do Prefeito de Marumbi.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Eduardo Von Der Osten, ocorrido nesta Capital. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor David Rebello, ocorrido no Município de Maringá. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado da Educação, encarecendo auxílio financeiro para a aquisição de um ônibus escolar pela Prefeitura Municipal de Engenheiro Beltrão. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Tadeu Lúcio Machado, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela passagem do Dia do Bibliotecário, ocorrido no dia 12 de fevereiro do corrente ano. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente, solicitando envio de expediente ao Senhor Presidente da TELEPAR, encarecendo a implantação de um Posto de Serviços na localidade de Volta Gaúcha, Distrito de Entre Rios, no Município de Marechal Cândido Rondon. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Edmar Luiz Costa, constante do expediente, solicitando a transcrição em Ata, nos Anais desta Casa, da nota da Associação dos Docentes da Universidade Estadual de Ponta Grossa. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Pedro Tonelli, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado da Agricultura e aos Senhores Diretores Presidentes da CAFE do Paraná e Banco Central do Brasil, encarecendo medidas necessárias para resolver o problema gerado por circunstâncias adversas à vontade e à capacidade dos cotonicultores, bem como às condições cli-

máticas e de solos na região. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Pedro Tonelli, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Secretário de Estado da Segurança Pública, Corregedor da Polícia Civil e Corregedor de Justiça, encarecendo providências em relação ao Delegado de Polícia do Município de Campina Grande do Sul. **Aprovado.**

O SR. ALGACI TÚLIO - (Para discutir, Senhor Presidente).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- A Mesa não vai receber o requerimento, aliás, retifica, vai encaminhar o requerimento ao Secretário de Estado da Segurança Pública, como uma Mensagem de Vossa Excelência.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente da TELEPAR, encarecendo um telefone comunitário no Bar e Mercearia do Senhor "José Fagundes", no Bairro Guabirota Pequena, Município de Piraquara. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando votos de congratulações ao Senhor Jorge Albino Webber, Presidente da Federação das Indústrias, pelo lançamento da pedra fundamental de construção do Centro de Atividades do SE-SI- Serviço Social da Indústria no Município de Toledo. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando o envio de expediente, ao Senhor Superintendente da SANEPAR, encarecendo soluções ao abastecimento de água nos bairros localizados nas regiões mais altas desta Capital. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente, solicitando votos de congratulações, pela passagem do aniversário de emancipação política do Município de Grandes Rios. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente da República, encarecendo o fim da correção monetária para os empréstimos vencidos na agricultura, indústria e comércio. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente



ao Senhor Presidente do BANESTADO, encarecendo isenção da correção monetária para os empréstimos vencidos destinados à agricultura, comércio e indústria. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando votos de congratulações ao Sr. Pedro Arthur Sampaio, futuro Presidente da L.B.A. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente ao Senhor Secretário de Estado da Educação, encarecendo a distribuição do folheto contendo a Declaração Universal dos Direitos do Homem, a todos os estudantes da rede estadual no Estado. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado da Educação, encarecendo a criação de ensino de 2º grau no Jardim Alvorada no Município de Campo Mourão. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando voto de congratulações a Comunidade do Colégio Estadual do Paraná, pela passagem do 142º aniversário de fundação. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lauro Lobo Alcântara, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente da fundação das Pioneiras Sociais em Brasília, encarecendo esclarecimentos quanto aos critérios que norteiam a seleção de currículos para o concurso público realizado pela entidade nos dias 12 e 13 do corrente mês, para provimento de cargos no futuro Hospital da Medicina do Aparelho Locomotor. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente, solicitando o envio de expediente a Senhora Superintendente Interina da SUREIMA, encarecendo a construção de um poço artesiano na localidade de Volta Gaúcha, Distrito de Entre Rios, Município de Marechal Cândido Rondon. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente a Senhora Diretora Geral da Imprensa Oficial do Estado, encarecendo informações sobre o alto custo das publicações dos atos da justiça. **Rejeitado.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do

expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Senhores Governador do Estado e Secretário de Estado da Administração, encarecendo a alteração da carga horária das servidbras que prestam serviços como zeladoras em estabelecimentos estaduais. **Aprovado.**

O SR. CAÍTO QUINTANA - Pela Ordem - Senhor Presidente, este requerimento está com discussão adiada?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) Está.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Eu gostaria que Vossa Excelência me dissesse o teor.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Lê o teor do requerimento. Está aprovado o Requerimento.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Senhores Governador do Estado e Secretário de Estado da Educação, encarecendo transporte gratuito aos alunos de 2º grau, residentes na zona rural nos Municípios onde não existem o referido benefício. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 15, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 366/87.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 217/86, 239/86.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 55/85, 69/86 e 226/86.

Levanta-se a Sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO EDMAR LUIZ COSTA EM SESSÃO DO DIA 14 DE MARÇO DE 1988

"NOTA DA ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA".

"A Comunidade Universitária de Ponta Grossa, reunida em Assembleia Geral, resolveu, vir de público, manifestar seu

#### R E P Ú D I O

à tentativa do Governo Estadual de, através de um decreto, ainda em estudo, imis-

cuir-se ilegitimamente na estrutura básica das Universidades do Estado, tirando-lhes sua Autonomia, e concentrando, nas mãos dos próprios auxiliares do Governador, poderes tais que não condizem com a natureza autônoma legal das Instituições de Ensino Superior.

"O decreto a ser imposto é ilegal, imoral e fere, além dos princípios básicos

essenciais das Universidades a Legislação vigente.

"Ana Neotti - Presidente da Associação dos Docentes da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

"Flavio Madalosso Vieira - Presidente da Associação dos Servidores da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

"Euclides Eudes Panazzolo - Presidente do Diretório Central de Estudantes".